

56



DEBATE 11



problemas da revolução brasileira

40P 8785

janeiro

1973

Nosso editorial, Política de círculo e espírito de partido busca precisar a situação em que se encontra o movimento revolucionário brasileiro e o significado da luta que devem hoje desenvolver os marxistas-leninistas do Brasil no sentido de criar condições para a sua reunificação num único Partido Comunista. Ao mesmo tempo, procura explicitar o papel que os militantes reagrupados em torno de DEBATE e de TEORIA Y PRACTICA se esforçam por desempenhar neste processo. No momento mesmo em que intensificamos nossa discussão interna visando à elaboração de nossa Plataforma Política (que contamos poder brevemente submeter à discussão e à crítica de todos os revolucionários brasileiros e notadamente daqueles que como nós lutam pela hegemonia do marxismo e do leninismo em nossa teoria revolucionária e portanto pela hegemonia do proletariado em nosso movimento revolucionário), julgamos oportuno adiantar nosso ponto de vista sobre o que significa ser marxista e leninista na situação atual de nosso movimento revolucionário, sobre o que significa lutar para que viva o espírito de partido num movimento fraccionado em círculos.

Segue neste número a discussão em torno do documento Uma auto-crítica necessária. A réplica dos companheiros da TL/ALN a A. Silva é respondida por este nosso companheiro em A tendência leninista na ALN e o leninismo na qual se explicitam de maneira bastante clara os pontos "que nos separam da TL/ALN" no referente à reunificação e à tática dos marxistas-leninistas do Brasil. Um coletivo da ALN enviou-nos suas críticas ao ACN. Por falta de espaço, tivemos de postergar sua publicação para o próximo número de DEBATE. Ainda quanto à discussão sobre o ACN registramos um protesto dos companheiros da TL/ALN, segundo os quais a resposta de Fernando de Andrade publicada em DEBATE-10 (A dificuldade de ser dialético) personaliza a polêmica na medida em que se dirige ao companheiro José dos Santos e não à TL/ALN no Chile, coletivamente responsável pela Réplica a Fernando de Andrade. Esclarecemos que a resposta de F.A. foi dirigida a José dos Santos pela simples razão de que este assinou a Réplica ("José dos Santos pela TL/ALN no Chile"). Não aceitamos pois esta crítica dos companheiros da TL/ALN.

Mais dois capítulos da História da Associação dos Marinheiros de nosso companheiro B. Miguel aparecem no presente número. Ao mesmo tempo vem retomada a publicação de Marxismo e extremismo de classe média de Fernando de Andrade e do Balanco ideológico de um grupo de militantes oriundos da Ala Vermelha e da VPR-1. Damos início, também neste número, à publicação de um texto que hoje se tronou quase impossível de encontrar, o estudo de Palmeira (o "Capivara", assassinado pela repressão militar a serviço dos monopólios) sobre o Movimento camponês na zona canavieira de Pernambuco. Nosso índice é pois o seguinte :

INDICE DESTE NUMERO :

EDITORIAL : POLITICA DE CIRCULO E ESPIRITO DE PARTIDO-----	p.4
O DEBATE EM TORNO DO DOCUMENTO "UMA AUTOCRITICA NECESSARIA"----	p.8
TL/ALN NO CHILE : Réplica a A. Silva-----	p.8
A. SILVA : A tendência leninista na ALN e o leninismo--	p.10
FERNANDO DE ANDRADE : MARXISMO E EXTREMISMO DE CLASSE MEDIA(II)	p.22
B. MIGUEL : A ASSOCIAÇÃO DE MARINHEIROS (III e IV)-----	p.28
GRUPO ALA/VPR-1 : UM BALANÇO IDEOLOGICO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA	p.34
PALMEIRA (CAPIVARA) : O MOVIMENTO CAMPONES NA ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO (I)-----	p.44

POLITICA DE CIRCULO E ESPIRITO DE PARTIDO

O movimento revolucionário do Brasil vem dando seus primeiros passos no processo de reorganização que se segue à bancarrota do militarismo. Os militantes que nas duras condições da clandestinidade se empenham em dar unidade e consequência às lutas espontâneas da classe operária, dos trabalhadores do campo, dos estudantes, de todos os explorados e oprimidos, os militantes presos que mais do que os outros fazem a experiência direta e quotidiana do objeto despotismo militar a serviço dos monopólios, os militantes forçados ao exílio pela contra-ofensiva policial-militar da ditadura não somente contra os comandos de guerrilha urbana, mas contra as mais diversas tendências do movimento popular e operário no Brasil, e em geral, todos os que se dispõem a continuar o combate contra a ditadura, contra o imperialismo, pelo socialismo, se defrontam com a mesma questão: como reorganizar nosso movimento? como recompor nossas forças?

Posto que devemos, como já salientaram alguns companheiros, buscar as causas de nossos fracassos principalmente em nossos erros, temos de considerar o processo de reorganização de nosso movimento como estreitamente vinculado à luta ideológica e ao processo de crítica e de auto-crítica. Só efetuando a análise concreta da situação concreta em que se engendraram nossos erros poderemos criar condições para recompor nossas forças e retomar de maneira mais sólida e consequente a luta revolucionária. Nada mais normal, pois, em que a questão da auto-crítica ocupe hoje lugar de importância nas discussões que trava a maioria dos militantes revolucionários.

De nossa definição de auto-crítica como processo teórico e político visando determinar a análise concreta da situação concreta em que se engendraram nossos erros, decorre nossa categórica afirmação de que não há "auto-crítica" em geral, já que todo e qualquer esforço auto-crítico se desenvolve à base de princípios e métodos implícitos ou explícitos, que determinam -implícita ou explicitamente- seu caráter de classe e suas perspectivas políticas. Para os que, como nós, se situam neste processo do ponto de vista do marxismo e da luta de classe do proletariado, é imperativo explicitar da maneira a mais clara e mais aberta as concepções, métodos e objetivos que nos orientam não somente neste processo específico, mas no conjunto de nossa atividade política. Por isso mesmo condenamos irrestritamente o chamado "independentismo", que consiste em erigir a própria perplexidade em método de ação política, e que sob o ambíguo pretexto de que "as organizações" (enquanto bloco indiferenciado) fracassaram, enveredam por uma política de pequenos círculos agrupados não em torno de posições políticas, mas de afinidades de clã.

Recusamos e denunciemos o "independentismo" do ponto de vista do marxismo e do leninismo. Não nos confundimos nesta recusa e nesta denúncia com aqueles que sob o pretexto de criticar o independentismo, buscam na realidade torpedear e desacreditar todo e qualquer intento de se rediscutir criticamente a experiência de luta revolucionária dos últimos anos e de se reorganizar o movimento revolucionário em torno do marxismo e da luta de classe proletária e portanto contra o militarismo e as pretensões vanguardistas de certos círculos radicais de classe média. Com efeito, esta discussão crítica virá -como está vindo- prejudicar a certas "posições adquiridas" por grupos e chefes políticos vanguardistas... De qualquer modo, frente à questão crucial da recomposição de nossas forças e da reorganização de nosso movimento, militaristas e independentistas coincidem numa mesma atitude de suficiência pequeno-burguesa, que leva a cristalizar, a perpetuar, a atual fragmentação do movimento revolucionário no Brasil, e que constitui tenaz obstáculo à luta que desenvolvam os marxistas-leninistas por se reunificar num único Partido Comunista, contribuindo ao mesmo tempo para a unidade de toda a esquerda. É à luz desta luta entre o espírito de círculo e o espírito de partido (transposição no terreno organizatório da luta entre radicalismo pequeno-burguês e marxismo) que se desvendam os meandros do comportamento das frações anti-marxistas de nossa esquerda.

Cabe aqui no entanto uma distinção importante. Há com efeito círculos e círculos. É sabido por exemplo que muitos operários revolucionários, movidos por uma justa desconfiança frente às "organizações revolucionárias", recusam-se, na situação atual, a qualquer compromisso promisso que transcenda o âmbito do movimento operário local. Evidentemente esta não é a melhor nem a mais consequente atitude de um comunista. Mas antes de criticar os operários, devemos criticar a nós mesmos - posto que todos temos responsabilidades na aventura da guerrilha urbana. Devemos pois distinguir, dentro do fenômeno geral da política de círculos, os círculos operários e estudantis que se formam de maneira espontânea ou semi-espontânea como expressão da recomposição lenta das forças da Revolução após o refluxo e as derrotas dos últimos anos, e os círculos de intelectuais e militantes (alguns dos quais pomposamente intitulados de "vanguarda", "partido", etc., uns se considerando mais "revolucionários" do que os outros, havendo mesmo os que estão "armados"). O primeiro tipo de círculo constitui nas condições atuais (de derrota da guerrilha urbana, de fragmentação do movimento revolucionário, de refluxo do movimento de massas), um fenômeno positivo, isto pela simples razão de que é melhor haver operários organizados em círculos do que operários completamente desorganizados (o mesmo valendo, "mutatis mutandis" para os círculos de estudantes). Já os círculos de intelectuais e militantes, sobretudo os da emigração política, devem ser encarados com critérios distintos. Evidentemente, seria ridículo insurgir-se contra o fato mesmo de haver esta multiplicidade de círculos, de expressão e caráter distintos (alguns se encontrando efetivamente ligados a núcleos atuando junto ao movimento operário, outros dispendo apenas de "contactos no Brasil, outros enfim se agrupando exclusivamente em um ou alguns dos pontos para onde convergiu a emigração política brasileira). A multiplicidade de círculos é com efeito o resultado histórico concreto da incapacidade da "nova esquerda" (tanto os grupos de guerrilha urbana quanto as cisoões do PCB) em reunificar o movimento comunista e revolucionário no Brasil sobre bases distintas daquelas em que se fundamentava e fundamenta até hoje o PCB. Importa pois reconhecer que (1) a dispersão de nosso movimento revolucionário em incontáveis agrupamentos desenvolvendo uma "política de círculos" é um dado objetivo de nossa situação, e seria portanto dar prova de grande simplismo querer abolir por decreto esta política, (2) nenhum círculo apregoa abertamente uma política de círculos; todos pretendem ser o embrião, o núcleo, o germe, etc. do futuro Partido; todos pretendem pois estar praticando uma política de partido, isto é, uma política capaz de organizar todas as forças proletárias num só partido e todas as forças anti-monopolistas numa só Frente, (3) os círculos da emigração, justamente por serem círculos de emigrados, estão objetivamente muito mais ameaçados de se converter em grupúsculos aglutinados em torno de laços extra ou sub-políticos do que os círculos operários e estudantis e (4) a problemática de como romper com o espírito de círculo se coloca de maneira especialmente urgente na emigração.

Romper com o espírito de círculo não significa proclamar por decreto uma política de partido. Tampouco significa batizar de "frente" uma aliança de círculos afins, como -para ficar só no período mais recente- o foram a "Frente Armada" e o "Bloco Socialista", cuja estreiteza caracterizamos nos editoriais de DEBATE 3 e 4 (O editorial de DEBATE-3, de novembro 70, foi reproduzido no primeiro número de TEORIA Y PRACTICA). Ao contrário, o frentismo nada mais é que o irmão gêmeo do circulismo: uma associação de seitas é algo de tão sectário quanto uma multiplicidade de seitas não-associadas. Romper com o espírito de círculo é aprofundar a luta ideológica a partir de princípios claramente explicitados e de um método materialista e dialético de trabalho teórico e político. É procurar incansavelmente definir as bases do programa marxista da Revolução Brasileira e da tática da classe operária na luta contra a autocracia militar a serviço dos monopólios. É lutar

por encontrar um terreno comum de confronto de posições e de convergência com todas as forças dispostas a reorganizar o movimento revolucionário em torno do marxismo e da luta de classe do proletariado (o que não impede a busca de alianças com as forças não-marxistas e não-proletárias que se opõem à ditadura e ao imperialismo, sem contudo confundir o nível e o conteúdo destas alianças com o nível e o conteúdo em que se há de operar a reunificação de todos os marxistas-leninistas num único Partido Comunista). É especialmente estar disposto a se integrar numa formação política mais vasta, abdicando da personalidade de círculo para que viva o Partido.

Tal é a perspectiva em que atuam os marxistas-leninistas que se agrupam em torno de DEBATE (e agora de TEORIA Y PRACTICA igualmente). A discussão que podemos organizar em torno de nossas publicações, a troca e síntese de experiências que decorrem da participação num mesmo organismo de militantes das mais diversas origens político-partidárias, homogeneizando suas posições através de um trabalho político regular e buscando romper com as concepções estreitas e particularistas características da política de círculos, tudo isso contribuiu para que se criassem as condições necessárias -ainda que não suficientes- à definição, por parte de nossos coletivos locais de uma plataforma política comum. Este esforço de auto-definição política constitui um passo a mais no sentido de passar de uma política de círculos -da qual não podemos escapar pela simples razão de que não se faz por decreto uma política de partido- a esta política de partido. Neste processo distinguimos rigorosamente, dentre as condições que se devem cumprir para que viva o partido, aquelas que dependem da iniciativa dos marxistas-leninistas e aquelas que dependem da iniciativa do movimento operário, dentro da concepção comunista do Partido como integração da teoria marxista e do movimento operário. Não se pode falar em Partido, no sentido que dão a este termo Marx e Engels no Manifesto Comunista e Lênin em Que fazer? e em Um passo adiante, dois atrás, sem que setores relativamente importantes do movimento operário estejam efetivamente organizados em torno de um mesmo programa, aplicando as mesmas palavras de ordem e os mesmos métodos de organização, de agitação e de propaganda e agindo como uma vontade só num mesmo coletivo partidário. Por isso mesmo consideramos que todas as formações políticas brasileiras que se consideram "partidos proletários e comunistas" sem terem cumprido com estas condições, abandonaram objetivamente a teoria marxista-leninista do Partido e, na medida em que agem como se já fossem este Partido, nada mais fazem que perpetuar uma política de círculo e entravar a formação do Partido.

As iniciativas que podem e devem tomar desde já os marxistas-leninistas no sentido da constituição do Partido são no essencial as seguintes:

(a) ligar-se à luta espontânea da classe operária visando dar-lhe unidade e consequência. (É importante notar aqui que o esforço por se ligar à luta espontânea da classe operária -em geral à luta de todos os trabalhadores da cidade e do campo, não é tarefa exclusiva dos marxistas-leninistas, mas de todos os revolucionários capazes de tirar as lições de nossas derrotas antigas e recentes. O que é específico dos marxistas-leninistas é ligar-se à classe para construir nela e para ela o seu Partido de Vanguarda, capaz de guiá-la no rumo do socialismo e do comunismo.

(b) aprofundar a luta ideológica sobre a base dos princípios do materialismo histórico e dialético. Do desenvolvimento desta luta cabe esperar (1) a definição dos elementos essenciais do programa marxista da Revolução social no Brasil e da tática da classe operária na luta contra a autocracia militar a serviço dos monopólios, (2) o fortalecimento do núcleo marxista-leninista no interior do movimento revolucionário do Brasil, permitindo investir na luta de classe do proletariado os recursos humanos até agora dilapidados na aventura militarista ou esterilizados no dogmatismo doutrinário "de esquerda" e no oportunismo de direita, e (3) o avanço do movimento revolucionário como um todo na medida em que as alianças e acordos táticos entre as forças comunistas e as forças democráticas e an-

ti-monopolistas se fundamentarão em princípios claros e em plataformas coerentes.

(c) sistematizar as discussões até agora bilaterais e informais entre os diversos círculos marxistas, de maneira a fazê-las convergir para um órgão central de discussão e de elaboração, que seria o instrumento teórico da política de partido. Na medida em que desta discussão e do esforço de elaboração a ela correspondente surgirem (1) uma plataforma política de reunificação partidária dos marxistas-leninistas do Brasil e (2) uma proposta organizatória apta a promover a progressiva reunificação dos círculos marxistas dispersos, terão sido cumpridas as condições necessárias (ainda que não suficientes) para que o espírito de partido se imponha sobre a política de círculo. Evidentemente, não bastam estas condições para dar vida ao partido. Enquanto parcela ponderável do movimento operário não tiver convertido esta plataforma em programa efetivo de luta, isto é, enquanto a "plataforma proletária" não se tiver convertido em plataforma dos proletários, todo intento de falar em nome da classe operária será no melhor dos casos um desejo bem intencionado e no pior uma charlatanice pura e simples.

No que concerne precipuamente aos círculos marxistas agrupados em torno de DEBATE, temos insistido já há bastante tempo em que a primeira medida importante no sentido de se passar a uma política de partido consiste em organizar a discussão e a elaboração dos marxistas do Brasil num órgão central que seria ao mesmo tempo uma tribuna onde se confrontariam as diferentes interpretações do marxismo-leninismo existentes em nosso movimento comunista, as diferentes teses e análises sobre a teoria marxista da sociedade brasileira e as diferentes propostas organizatórias e táticas visando a reunificação dos marxistas num só Partido Comunista e um instrumento de luta ideológica onde se defendam os princípios do marxismo e da luta de classe do proletariado. Claro que seria cair em estéril ilusão "frentista" considerar que a formação de tal órgão depende apenas da boa vontade e da mútua cooperação entre as diferentes publicações revolucionárias que têm se multiplicado nos últimos tempos especialmente na emigração. Ao contrário, consideramos que a unidade passa pela nítida afirmação das diferenças. E é nesta questão que se manifesta praticamente a diferença da postura do comunista e do intelectual doutrinário (que por exemplo quer dividir os marxistas do Brasil em função do comportamento deste ou daquele dirigente soviético em 1921 ou 1925), como também do comunista e do politiquero frentista (que passa poder unir os revolucionários em torno de posições tão vagas como o "anti-militarismo" ou a "ideologia proletária" -que evidentemente nunca é explicitada). Os comunistas compreendem que é objetivamente necessária a existência, hoje, de diferentes forças políticas que pretendem possuir "a" plataforma correta, e considera que é justamente na medida em que as defenderem abertamente que se poderá engajar com cada uma delas uma discussão produtiva e séria visando à reunificação. Por isso mesmo, na discussão interna que estamos realizando em vistas da definição da Plataforma Política de DEBATE, não temos hesitado em discutir desde já um anteprojeto com camaradas que embora não integrados em nossos círculos, estejam próximos a nossas concepções. Claro que neste processo não esperamos chegar a acordos completos sobre todas as questões fundamentais com todos os marxistas do Brasil. Mas distinguimos, nas forças políticas que defendem os mesmos objetivos, aquelas que defendem aberta e lealmente seus pontos de vista e aquelas que se refugiam no sectarismo doutrinário ou no "unionismo" sem princípios. Só com as primeiras é que poderemos desenvolver, sobre a base de nossas próprias concepções, um fraternal e militante confronto de pontos de vista com vistas à reunificação das forças que avançam no terreno do marxismo e da luta de classe proletária.

A DISCUSSÃO EM TORNO DO DOCUMENTO "UMA AUTOCRÍTICA NECESSÁRIA"

RÉPLICA DO COLETIVO NO CHILE DA TL/ALN
AO COMPANHEIRO A.SILVA DO "DEBATE"

JOSÉ DOS
SANTOS

O ^{COMPANHEIRO} Companheiro A.Silva acha que nos afastamos dos princípios do leninismo, no que se refere aos "métodos de ação necessários no momento para a reorganização dos revolucionários". As três teses que o companheiro A.S. alega para justificar esta sua afirmação são extremamente óbvias; o que não é óbvio no entanto, é a interpretação de nossa linha política em relação ao reagrupamento, de nossos métodos e de nossa estrutura, que o companheiro apresenta.

1) SÔBRE CRÍTICAS

- a) Nunca pensamos subordinar a aceitação da discussão com outros companheiros às "responsabilidades que ainda conservem ou não em suas organizações": pois, se fosse esta nossa intenção, não aceitaríamos um debate público. Nós estamos plenamente dispostos à mais ampla confrontação de nossas concepções com quaisquer companheiros. São os companheiros do DEBATE, aliás, os que pretendem que deixemos nossas responsabilidades na A.L.N., para diluir-nos numa "tendência mais larga"; sendo que nós propomos o princípio leninista de "unidade e luta". Por outro lado, este nosso pretendido exclusivismo mal se concilia com a precedente acusação - completamente oposta - que o mesmo companheiro A.Silva nos dirigiu no DEBATE n.7 : a de que estaríamos tentando "aglutinar mais", com "autocríticas leves" e sem "sinceridade revolucionária".
- b) O companheiro A.Silva demonstra ter interpretado de maneira subjetiva nossa resposta precedente onde dissemos: "Além do mais, nossa responsabilidade de militantes nos impõe que a divulgação de uma série de problemas seja restrita, interna à organização.(...) Nessas condições não podemos nos dar ao irresponsável luxo de sermos identificados...". Pois nós, integrantes da TL na ALN, temos uma nossa responsabilidade política e orgânica.
- c) O texto definitivo de nossa resposta não inclui nenhuma insinuação sobre a eventual falta de "responsabilidades orgânicas" do companheiro A.S. e / ou dos companheiros do Coletivo-Debate. Não vemos, portanto, porque deveríamos ser acusados de subjetivismo.
- d) Vemo-nos obrigados a devolver ao companheiro A.Silva esta acusação de subjetivismo: apesar das graves acusações que o companheiro nos lançou no DEBATE n.7, nós não quisemos interpretar suas críticas como um "ataque"; portanto, o companheiro não pode encarar assim nossa crítica de suas críticas. Não "usamos" Lenin, e não há "mecanicismo" algum - nem qualquer "coação" "ideológica"(!?) - em dizer uma coisa tão óbvia como a de que, para os comunistas, a discussão teórica não pode ir separada da prática política. Sem teoria revolucionária não há revolução, mas sem praxis de luta de classe não há nem teoria revolucionária.
- e) Por outro lado, que dá ao companheiro A.Silva o direito de insinuar que a TL/ALN seria uma sentimental "associação de veteranos de guerra"? A luta, para nós, continua, e estamos estabelecendo justamente aquela "ligação com o trabalho efetivo entre as massas" que o companheiro superfluamente nos aconselha. A ampliação e o aprofundamento das ligações já estabelecidas é hoje nosso principal objetivo. Nós não nos limitamos à "luta ideológica organizada em uma imprensa". Declarar o que declaramos - e realizá-lo - seria "coação ideológica"? Em definitiva, concordamos com o comp. A.Silva ao considerar "essencial a atividade creativa de todos os companheiros": na discussão bem como na praxis.

2) SÔBRE AUTOCRÍTICAS

- a) Já reconhecemos abertamente as responsabilidades de nossos dirigentes no desvio militarista que a ALN - como o conjunto do movimento de resistên-

cia armada - sofreu.

Nenhuma "hipocrisia funerária burguesa", então (DEBATE n.9 p.20) Sendo que o companheiro A.Silva ainda não reconheceu a origem de classe deste fenômeno histórico (admitida até no editorial do DEBATE n.8 p 4), o qual não pode ser imputado a personalidades, a menos de sairmos do terreno do materialismo histórico.

Além disso, o companheiro A.Silva se recusa fazer um balanço dialético do papel político desempenhado por dirigentes como Menezes e Toledo, bem como da significação para a revolução brasileira destes quatro anos de resistência armada.

b) Portanto, a "ingenuidade" da preocupação de descobrir quem foi a "vítima" de quem (e de manter "mitos") não é nossa, e sim de quem insiste em indentificar um fenômeno histórico com a atuação de alguns indivíduos. É exatamente o que nos negamos a fazer, em nossa resposta precedente.

Em nosso documento básico "Uma Autocrítica Necessária", dissemos claramente que nossos dirigentes se fizeram intérpretes da enorme reação contra o pacifismo e o reboquismo; no entanto, abandonando a luta interna à base da correta linha política expressada na Resolução da Conferência dos Comunistas de São Paulo (de abril de 1967), para abraçar o debrayismo e o "esquema artificial da OLAS", esses companheiros aceitaram objetivamente uma hegemonia ideológica da pequena burguesia radical na luta.

Isto levou, dialeticamente, a uma hegemonia tout court deste setor de massas não proletário, permitindo seu "recrutamento" indiscriminado, não precedida de uma "orientação" política.

Tratou-se assim de um encontro entre as condições objetivas (radicalização de amplos setores da pequena burguesia) e subjetivas (conciliação ideológica por parte de nossos dirigentes e não somente deles; liquidação das estruturas partidárias), a partir da renúncia à linha política proletária estabelecida em 1967.

Mesmo assim não podemos e não devemos esquecer o tal "grupo político bastante ativo" (comitês Universitários, Dissidências, e as organizações políticas tradicionais que não tinham nenhuma base fora do meio estudantil) sempre pressionaram em direção de "uma ação pela ação"; portanto eles é que detêm o recorde e o "copy-right" desta linha.

Isto é confirmado inclusive, pela continuidade física entre os estudantes radicais da época e os atuais representantes de linhas ultra-militaristas (como é o caso do "Grupo dos 28").

Isto não deve impedir-nos de constatar que foram os comunistas os que desencadearam a luta de resistência armada, e não pequeno-burgueses radicais, apesar das inúmeras e roboantes declarações 'guerrilheiras' destes últimos. Estes comunistas foram expulsos do PCB; sendo que os "rompimentos precoces" foram justamente das bases estudantis. Mais um "rompimento precoce" é o que nós estamos tratando de evitar, contra as manobras dos militaristas e a opinião dos companheiros de DEBATE. Não entramos aqui no mérito dos numerosos erros do companheiro A.Silva, no que se refere aos fatos (e a sua interpretação) que se passaram entre 1964 e 1968, contidos em sua intervenção no n. n. 7 de DEBATE: reservamos esta averiguação para outra ocasião.

c) Quanto ao centralismo democrático, naturalmente nos atemos à conceituação de Lenin, não de quem o transformou num "rito". Embora julgamos que este desvio não é suficiente a condenar cabalmente outros partidos comunistas ou até países socialistas. Ora, o centralismo democrático só pode se dar dentro de uma organização marxista-leninista, e não em qualquer aglomerado ideológica e politicamente espúrio. A TL/ALN está aplicando em seu seio este princípio básico do leninismo em questões de organização; mas isto não se pode dar num conjunto ainda muito eclético, como é o da atual "ampla corrente anti-imperialista. Por consequente, certos aspectos (quem tem ouvido para entender que entenda) da autocrítica só poderemos apresentá-los "diante das massas" depois da vitória.

Mesmo assim, nunca pretendemos delimitar "antecipadamente o terreno e os limites do debate": só dissemos - como era nosso preciso dever dizer - que nossa responsabilidade militante nos limita na autocrítica, pois acontece que continuamos sendo combatentes de uma organização revolucionária clandestina.

Isso não nos impede - como não nos impediu - de fazer uma autocrítica pública de nosso desvio ideológico-político, que estamos levando às massas dentro do Brasil.

Foi um ato, queremos salientar, inclusive de coragem, que não por acaso despertou as iras dos mais empedernidos expoentes do militarismo. De qualquer maneira, ficamos à disposição dos companheiros para aprofundar esta auto-crítica e suas implicações político-práticas.

d) Em nossa opinião, a "análise da situação que fez nascer o militarismo" no essencial já está feita. Que significa dizer: "Mas estamos longe de tê-la terminado"?

Nenhuma análise poderá nunca esgotar um assunto em todas suas inúmeras faces. No entanto os marxistas-leninistas - à base de uma análise de classe - podem e devem chegar à conclusões gerais, para passar a sua averiguação prática. Tudo o que não lograrmos pesquisar nos pormenores fica para os futuros historiadores da revolução, que também têm seus direitos. Ao nosso ver, a única objeção válida do companheiro A.Silva a este respeito está em sua constatação da necessidade de dar ampla divulgação à referida análise.

3) SÔBRE OS MEIOS DE CORRIGIR OS ÊRROS

a) As advertências de caráter 'moral' nunca são demais. No entanto, nós da TL/ALN não chegamos a ser tão pessimistas ao ponto de pensar que "qualquer erro (no encaminhamento da discussão)" pode impedir o desenvolvimento político de nossa reorganização".

Isto porque não se trata somente de relações inter-pessoais ou inter-grupos: a do reagrupamento (à base de princípios) dos marxistas leninistas brasileiros num coeso Partido revolucionário do proletariado de nosso país, é uma exigência objetiva, da qual nenhum revolucionário de verdade pode eximir-se. Qualquer iniciativa justa comporta uma quota de erros.

b) Por isso, achamos que o rumo indesejável que o companheiro A.Silva insiste em dar à discussão não pode e não deve prejudicar os conteúdos políticos das questões.

Neste sentido, nós também "não temos pressa em terminar a discussão, mas muita pressa em reunir nossos esforços dentro de princípios que permitam a nossa convergência".

Sempre que a discussão não assumir um teor agnóstico ou gratuito (de princípio a princípio, sem averiguação na praxis) e que a convergência não seja entendida de maneira a excluir do reagrupamento parte substancial dos marxistas-leninistas brasileiros. Pensamos aliás, que a discussão deve acompanhar-nos sempre, e que neste meio-tempo, temos que averiguar desde já (juízo às massas na terra) as conclusões que alcançamos.

Saudações comunistas,
pela TL/ALN
(coletivo no Chile)
JOSÉ DOS SANTOS

- - X - -

A TENDÊNCIA LENINISTA NA A.L.N. E O LENINISMO

A. SILVA

Há um ano exatamente fazíamos nossas primeiras críticas ao documento "Uma auto-crítica necessária" (ACN) nas páginas de DEBATE n.7 com o artigo: "Impressões de uma primeira leitura". No n.8 manifestamos o nosso desacôrdo com os métodos de trabalho dos companheiros da Tendência Leninista da ALN-coletivo do Chile (TL/ALN-Ch) tendo como principal exemplo a resposta que publicaram no mesmo número de DEBATE pag.s 21 à 23. Nosso artigo terminava pela proposição de uma discussão sôbre o Leninismo. A "Réplica..." publicada neste número nos convenceu da necessidade de traçar um quadro mais geral das diferenças de ponto de vista entre nós e a TL/ALN-Ch para que os leitores possam ter uma idéia mais clara daquilo que já nos une e daquilo que ainda nos separa.

.../..

Apesar do companheiro José dos Santos (JS) não achar "legítima" nossa pergunta: "o que é o leninismo?", por se considerar marxista-leninista (ver DEBATE 10 pag. 34), cremos que nos permitirá refazer tal pergunta ao longo deste artigo na medida em que leva em consideração "um problema de desenvolvimento da cultura leninista dos companheiros do grupo-Debate" (p. 35). De qualquer forma, na medida em que consideramos o marxismo e o leninismo como um guia para a ação, vemos a importância de tal pergunta e de tal discussão no amplo processo de educação política que se desenvolve hoje entre os militantes revolucionários e não dentro da ótica estreita proposta por JS, ou seja, entre os marxistas-leninistas que já tem uma resposta para tal pergunta. Não se trata a nosso ver de dar "uma resposta", mas de possibilitar aos operários e a todos os militantes que hoje se voltam ao marxismo-leninismo, o confronto aberto de concepções entre as várias respostas existentes. Essa é uma de nossas tarefas no momento e faz parte do 2º objetivo enunciado no editorial de "UNIDADE E LUTA n.1" (órgão da TL/ALN) e com o qual estamos em perfeito acordo. Aliás, a "decantação" que vai se efetuar no atual período entre os militantes, e que está na base do processo de unidade, não será muito diferente daquela pela qual passaram os social-democratas russos depois do golpe de 3 de junho de 1907. A esse propósito Lênin dizia: "A revolução fez participar da vida política camadas tão profundas do povo, levou à tona tanta gente péga ao acaso, noviços, 'heróis de um minuto', que era absolutamente inevitável que um grande número deles não possuísse nenhuma concepção coerente do mundo. Para que adquiriram alguma, não é suficiente alguns meses de febre. Ora, a maioria dos militantes revolucionários do primeiro período de nossa revolução não teve, sem dúvida, em média, mais do que alguns meses de vida militante. É pois absolutamente inevitável que uma nova triagem se dê entre as novas camadas, os novos grupos, os novos revolucionários acerdados pela revolução. É precisamente essa triagem que está se fazendo. (...) No interesse dessa nova decantação é indispensável reforçar o trabalho teórico. Na Rússia, 'o momento presente' é tal que não é o estado de espírito de tal ou tal pessoa, nem o entusiasmo de tal ou tal grupo, nem mesmo o regime policial que condenou numerosos militantes a se desviar do trabalho prático, mas sim o conjunto da situação objetiva do país, que recomenda o trabalho teórico do marxismo, seu aprofundamento, sua expansão." ("A propósito de duas cartas" tomo 15 pag. 311)

E são inúmeras as vezes que Lênin discutiu "o que é o marxismo" nas páginas dos periódicos bolcheviques contra aqueles que queriam "melhorá-lo". Acharmos que foi talvez nesse sentido que o companheiro JS reagiu com furor contra as comparações que fizemos entre "O que fazer?" e "Prefácio da compilação - Em Doze Anos" que traz as posições de Lênin em relação à seus críticos. Nós não pretendemos "melhorar" o Lênin. Mas sim, e isso fica claríssimo no editorial do n.º 9, não perder de vista que ele mesmo Lênin, melhorou suas concepções no curso da luta e nós não devemos negligenciar isso, sob pena de entrar num atalho que reforçará espontaneistas e oportunistas, ou seja, concebemos um plano de estudo das obras de Lênin que não se resume na leitura somente de suas obras mais divulgadas. O que confirma a justeza das posições defendidas no n.º 9 é que a reação dos militantes, leitores de DEBATE, e que não concordam com as "respostas" simplistas que são hoje propostas, foi contrária à de JS. Viram no editorial uma abertura para um verdadeiro estudo do leninismo, coisa que suas organizações "marxistas-leninistas não consideram urgente. Mas não nos alonguemos sobre uma questão que supomos ser um simples mal-entendido do companheiro José dos Santos.

I- Apoio de princípio aos que hoje se dedicam ao trabalho visando a luta política de massas.

Na página 33 de DEBATE n.º 10 podemos ler a discordância do companheiro JS frente ao nosso apoio de princípio aos que hoje se dedicam ao trabalho visando a luta política de massas. Caro companheiro JdosS, se o companheiro não quiz tirar pélo de casca de ovo, cremos que está obcecado pelo perigo do pacifismo. Nunca dissemos que o "pacifismo seria menos perigoso que o militarismo". E muito menos propusemos "massas sem revolução". Qualquer um, lendo o nosso editorial com um pouco de atenção, perceberá que não defende-

mos nenhum dos dois desvios indicados. Nessa passagem reconhecemos simples-
 mente que os que trabalham junto às massas visando a luta política, mesmo
 que ainda não possuam uma concepção científica do socialismo e da revolução,
 estão mais perto de adquiri-la que os militaristas. E se o companheiro JS
 não entendeu, que tente entender agora: Não julgamos o trabalho de massas
suficiente, e isto está claro no texto do editorial, mas o julgamos neces-
 sário e a base objetiva para a formação de um Partido Comunista. Acontece
 que os pacifistas por mais longe que estejam do marxismo, oferecem pelo me-
 nos essa condição pelo momento. Enquanto que os militaristas não oferecem
 nenhuma das duas. E isso para nós é uma linha de demarcação clara e neces-
 sária. Preferimos quem hoje trabalha com a massa mesmo que não tenha uma
 justa teoria, pois apresenta uma chance de chegar a ela. Enquanto que os
 militaristas não apresentam nada, nem massas nem revolução! Mesmo uma or-
 ganização que o companheiro JS considera pacifista, se ela realmente faz o
 tal trabalho de massas, tem mais chance de aprender com elas que aqueles
 que trabalham só com armas e aparêlhos. A contradição entre uma teoria er-
 rada e a prática entre as massas pode ser resolvida pela influência da ex-
 periência sobre os dogmas, enquanto que a prática militarista, justamente
 por contribuir para um afastamento cada vez maior dos revolucionários das
 massas fornece menos chances de corrigir os erros no meio do caminho.

Em suas cartas, Engels critica a atitude dos social-democratas ameri-
 canos que isolavam o movimento operário caído numa rígida ortodoxia e usa-
 vam o marxismo como um "credo" e não como um guia para a ação. Comentando
 tal carta Lênin diz: "Se Engels insiste sobre a importância de um partido
 operário independente, mesmo com um mau programa, é porque ele fala de um
 país onde não existia até o momento a menor suspeita de independência polí-
 tica dos operários, onde os operários se arrastavam e se arrastam sobretu-
 do em matéria de política, atrás da burguesia".

Compreendeu companheiro JS? Engels preferia nessa situação um parti-
 do operário mesmo que com um programa imperfeito ou errado. A social-demo-
 cracia alemã ele não dizia a mesma coisa pois o proletariado estava organi-
 zado, não só nas organizações de massa, mas tinha seu partido independente.
 Aí tratava-se de lançar a crítica a um programa errado antes de mais nada.
 Criticar os "filisteus" que praticavam o "cretinismo parlamentar".

Entre a "luta armada" dos militaristas e o "trabalho de massas" dos
 pacifistas preferimos o apoio aos segundos.

Engels dizia: "...é melhor que o Partido operário comece a se for-
 mar mesmo sobre um programa impuro. Mais tarde, os operários compreenderão
 eles mesmos do que se trata e tirarão lições de seus próprios erros".(1)

Não fazer distinção entre os dois desvios é ser míope. E preferimos
 achar que foi um "mau momento" do companheiro JS que o levou a nos criticar
 nesse plano, caso contrário teremos que pensar que o companheiro ainda he-
 sita na tarefa de construir um partido operário e que portanto o firme pro-
 pósito de ACN sobre a necessidade do Partido, não passa de uma palavra de
 ordem aprendida de cor. E se somos tão categóricos é porque tentamos "desen-
 volver nossa cultura leninista" e meditamos sobre a seguinte frase:

"O marxismo se diferencia de todas as outras teorias socialistas
 por aliar de maneira notável a plena lucidez científica na análise da situa-
 ção objetiva, ao reconhecimento o mais categórico do papel da energia, da
 criação e da iniciativa revolucionária das massas, e também, naturalmente,
dos indivíduos, agrupamentos, organizações ou partidos que sabem descobrir
e realizar a ligação com tais ou tais classes."(grifo nosso A.S.)

(Lênin, tomo 13 pag 31)

Gostaríamos que o companheiro JS também meditasse sobre essa passa-
 gem !

II- Os "destacamentos de propaganda armada como principal instrumento de trabalho político nas cidades e nos campos" (ACN)

Em DEBATE n.7 o companheiro Paulo Lemos criticou o documento ACN ten-
 tando revelar uma contradição entre a proposta dos companheiros da TL/ALN

.../..

(1) para todas as citações acima ver: "Prefácio à cartas à SORGE" Lênin t.12

de criar os "destacamentos de Propaganda armada" como "principal instrumento de trabalho político" e a "necessidade de utilizar todas as formas de luta". Embora não compartilhem a concepção do companheiro P.L. sobre o que deve ou não justificar a ação armada, cremos que ele tocou numa ferida do documento. E por isso temos que apresentar nosso ponto de vista.

Em primeiro lugar, a proposição de tais destacamentos é apresentada em função da construção do exército revolucionário do povo. Além disso vem contraposta aos esquemas apriorísticos de "cêrcos das cidades pelo campo" etc., procurando fazer uma síntese da experiência armada que já tivemos. Estamos de pleno acôrdo com ACN nessa intenção. No entanto, o resultado objetivo da proposta não fica claro. E não podemos julgar pelas intenções. Ou seja, gostaríamos que o companheiro JS desenvolvesse seu ponto de vista a respeito do encaminhamento prático de uma organização revolucionária marxista-leninista hoje no Brasil. Não é preciso dizer que temos poucas forças. Essas forças serão organizadas visando principalmente o quê? A organização política dos operários ou a organização dos D.P.A.s? Nós estamos de acôrdo que no processo temos que encaminhar as duas tarefas ao mesmo tempo e que na medida em que o trabalho militar for dirigido pelo Partido não será levantado como varinha mágica. (se fôr um Partido "marxista-Leninista"). Mas na situação atual, aonde devemos investir o grosso de nossas forças? Além disso, o que o companheiro entende por esse conceito de "propaganda armada"? Existem muitas concepções sobre ele e nada fica explícito nos escritos da TL/ALN até o momento. Uma vez feitas essas ressalvas sobre o que os documentos se calam, passam em silêncio, levantamos outra questão. - Em resposta ao companheiro P.L. o companheiro JS diz:

"Desta maneira consideramos que a luta armada é a forma principal de luta pois só através dela as forças populares poderão derrubar a ditadura, num processo dialético em que a acumulação de forças políticas está ligada desde o início à prática armada. Será o próprio avanço da luta de classes e a análise correta da correlação de forças que determinará a qualidade e a intensidade do binômio acumulação de forças políticas e luta armada." (grifo nosso A.S.). Isso justificando a proposta de D.P.A.s como principal instrumento de trabalho político nas cidades e nos campos.

Ora, já dissemos que fica sem resposta se a organização dos DPA.s é para já, quando ainda nos falta uma forte organização que possa desferir golpes duros em bons alvos, ou se é em perspectiva da existência de tal organização.

Agora perguntamos ao companheiro: mesmo numa situação favorável, em que exista o avanço da luta de classes e portanto do desenvolvimento objetivo do movimento de massas, o que significa considerar os DPAs como principal instrumento de trabalho político e a luta armada como principal forma de luta? Sem responder essa questão essas frases são vazias.

Em setembro de 1906, fazendo a síntese da experiência da insurreição de Moscou (principalmente) Lênin combatia vigorosamente a hipocrisia dos mencheviques e de Plekhanov que diziam em côro: "Não devíamos ter pêgo em armas". Lênin dizia que ao contrário, os operários russos deveriam ter pêgo em armas com mais decisão e com mais organização. A situação não era a dos anos 1901/2 quando pela fraqueza das organizações locais Lênin condenava os atos de partisans por desorganizarem as forças do proletariado e não as do governo. Os mencheviques hipócritas, ao contrário, queriam usar esse argumento em 1906 para combater as teses de Lênin. Este mostrava a necessidade de se continuar a preparação da insurreição explicando aos operários os êrros cometidos em 1905 e reorganizando os comitês militares. (que aliás, nessa época, representavam 10% da organização numa cidade como São Petersburgo). Toda essa discussão está limpidamente apresentada nos trabalhos de Lênin do período, e principalmente nos artigos: "Os ensinamentos da insurreição de Moscou" e "A guerra de partisans". São documentos de extrema valia no combate ao pacifismo, e o companheiro JS cita este último em "Unidade e Luta n.1". E no entanto, apesar de ser uma valiosa exposição da hipocrisia dos pacifistas, Lênin afirma na página 224 do tomo 11 (A guerra de partisans): " Dizem-nos: a guerra de partisans aproxima o proletariado consciente dos desclassificados, dos bêbados caídos na degradação. É verdade. Mas disso a única conclusão a tirar é que: jamais o partido do proletariado deve considerar a guerra de partisans como o único ou mesmo principal meio de luta ;

que esse meio deve ser subordinado a outros, que ele deve ser empregado numa justa medida em relação a outros meios principais, e que ele deve ser enobrecido pela influência educadora e organizadora do socialismo".

O comp. Jdos Santos concordou com a seguinte frase de Paulo Lemos: "o mais importante é que todas as ações, quaisquer que sejam suas formas, se encaminhem na direção da acumulação de forças no campo popular, com o objetivo de assegurar a vitória no enfrentamento armado que será inevitável com o aparelho repressivo da ditadura" (DEBATE 9, p.31). Mas não compreendemos como o comp. JS deduz daí logo em seguida a seguinte afirmação: "Desta maneira, consideramos a luta armada como forma principal de luta..."

Esperamos que nossas diferenças estejam apenas no terreno da expressão de tal pensamento. Mas isto só pode ficar claro nas propostas concretas de organização. Se por exemplo o setor militar (unidades de combate e variantes) for entronizado como setor principal da organização, ou se a maior parte da direção estiver ocupada com tarefas militares, ou ainda se tirarmos operários das fábricas para botá-los em ações armadas de expropriação. Cremos ser da maior importância um esclarecimento por parte da TL/ALN de sua visão do que significa considerar a luta armada como forma principal de luta.

A apreciação de Lênin sobre a insurreição de 1905 na Polônia não é a mesma que teve sobre a insurreição na Rússia central. Em Para bem julgar a revolução russa (Obras, 15, pp.48-61) mostra o que é uma concepção marxista da luta armada. No que diz respeito à Polônia, Lênin descreve o quanto os social-democratas poloneses se distanciaram da tática revolucionária: "não podemos deixar de lembrar que foi justamente na Polônia que não existiu luta armada de massas no mês de dezembro 1905. E a tática insensata e pervertida de um anarquismo "fazedor" de revolução prevaleceu na Polônia justamente porque as condições impediram que a luta armada de massas se desenvolvesse, ainda que por algum tempo".

Lênin fala de condições que permitiram na Rússia e não permitiram na Polônia a luta armada de massas. Afirma que isso fez com que o ponto de vista militarista prevalecesse na social-democracia polonesa. Cabe pois a pergunta: numa situação como a nossa, onde nem um partido operário temos a curto prazo, é justa a proposição de DPAs, como principal instrumento de trabalho político? Na medida em que já se declara como principal instrumento sem relacioná-lo em momento algum com as condições que permitem ou não uma luta armada de massas, está se dando a chance para que o anarquismo "fazedor" de revolução domine a organização. É um ponto que deve ser esclarecido pelos companheiros da TL/ALN em seu documento de base.

III- A origem de classe do militarismo e o papel político dos dirigentes.

Não podemos aceitar a crítica que o comp JS nos dirige dizendo que: 1) não reconhecemos a origem de classe do militarismo, mais precisamente de sua variante marighellista, 2) recusamos fazer um balanço dialético do papel desempenhado por dirigentes como Menezes e Toledo.

O editorial de DEBATE-8 salienta a "caracterização de classe que o documento ACN faz do militarismo, isto é, insistindo em que ele representa uma forma através da qual o radicalismo de classe média disputa ao proletariado a hegemonia na luta contra a ditadura" (p.4). Não vemos nenhuma incompatibilidade entre essa afirmação e as críticas que fizemos à ACN em nossos dois artigos. Sempre nos batemos para que a demonstração da origem de classe do militarismo fosse cada vez mais clara para todos os militantes leitores de DEBATE. E nunca deixamos de reconhecer os méritos dos heróis citados. Mas nem por isso pretendemos esticar tal discussão. Os companheiros da TL/ALN demonstraram posteriormente ao documento ACN reconhecer o quanto Marighella, Toledo e outros, auxiliaram para que prevalecesse a ideologia não-proletária no movimento armado. Para constatar esta evolução basta ler o número 1 de Unidade e luta.

No entanto continuamos a achar que ACN apesar de declarar rapidamente a responsabilidade de Menezes nos erros, não faz isso no mesmo momento em que declara o "afluxo dos militantes estudiantis". Da forma em que está redigido dá a entender que os estudantes entraram na organização. Mas eles foram recrutados. E aqui, o companheiro JS vai nos desculpar, mas não podemos compartilhar sua subestimação do elemento consciente. Se é verdade que a raiz dos erros está em sua base de classe não é por isso que teremos que aceitar como inevitável que estudantes e intelectuais numa organização façam prevalecer o ponto de vista de sua classe de origem. E se aceitássemos tal tese estaríamos pura e simplesmente eliminando o papel consciente que um Partido Comunista deve desempenhar. Em outras palavras, teríamos que achar que nas próximas vezes que o movimento social eclodir principalmente entre a classe média, o Partido não terá condições de mudar o rumo das coisas devido à base social do movimento. E temos certeza que o companheiro JS não chegaria a aceitar tal mecanicismo transformando o materialismo histórico num determinismo sociológico.

Aliás, não faz muito tempo, o companheiro JS releu o "prefácio da compilação - Em Doze Anos". Aí mesmo Lenin diz terminando o artigo:

"Em todos os países capitalistas, o proletariado é inevitavelmente ligado a seu vizinho de direita, a pequena burguesia, por milhares de graus transitórios. Em todos os partidos operários não pode deixar de se formar uma ala direita mais ou menos limpidamente desenhada que, em suas concepções, em sua tática, em sua 'linha' de organização representa as tendências do oportunismo pequeno burguês. (...) Tomar conhecimento das diferentes formas pelas quais essa tendência apareceu na social-democracia russa durante os diversos períodos de seu desenvolvimento, eis aí coisa necessária para reforçar o marxismo revolucionário, para "mergulhar" a classe operária russa na sua luta emancipadora".

E para quem tem "uma resposta" para a pergunta - "o que é o leninismo?" - é imperdoável que num documento como ACN não se procure explicar as formas sob as quais a pequena burguesia levou um militante comunista, digno representante da classe operária brasileira, a cometer tais erros.

Quando observávamos isso em nosso primeiro artigo, não pedíamos ao companheiro JS para contar os "pôdres" publicamente. Inútil portanto jogar com a responsabilidade militante. Quanto ao papel consciente dos dirigentes, não se trata da mesma coisa. E o companheiro JS nos pareceu hesitar em sua primeira resposta quando disse que não podia ser identificado na crítica àquêles que caracterizavam Marighela como simples aventureiro na Nova Revista Internacional (ver DEBATE n.8 pag 22). Ora companheiro, a TL/ALN não poderia ser identificada a tais campanhas infames na medida em que o conteúdo de sua crítica seria necessariamente diferente à dos prestistas & Cia.. Mas cremos que o companheiro venceu tal temor quando escreveu "Como 'criticam' os militaristas" em "Unidade e Luta n.1, não ?

E só temos a apoiar o firme propósito da TL/ALN em levar tal autocritica às massas dentro do Brasil. Só assim estaremos assumindo o ponto de vista leninista da autocritica. "Quando nós criticamos seus erros (deputados bolcheviques na Douma), nós o fazemos à luz do dia, diante das massas. Essa crítica é uma fonte de ensinamentos para nossos deputados, para as classes para o partido que já atravessou duros momentos e que sabe que não é com histeria mas unicamente por um trabalho teimoso e firme de todas as organizações que é possível sair-se com honra de uma situação difícil. (...) A classe operária saberá educar e aguerrir sua organização criticando abertamente seus representantes." (tomo 15, pags 164,5)

IV - O reagrupamento dos marxistas-leninistas

Na "réplica.." publicada neste número o companheiro JS ao mesmo tempo que esclarece seus princípios com respeito ao "reagrupamento" procura apresentar o coletivo DEBATE como defensor da "diluição" da TL/ALN numa tendência mais larga. Além disso mostra a impossibilidade de conciliar tal proposta com as "acusações" que fizemos em DEBATE quando falávamos em autocriticas leves para aglutinar mais.

Não estamos dispostos a transformar a discussão em torno de ACN numa querela e acreditamos também não ser esse o desejo do companheiro JS. O com-

panheiro não deveria portanto, ter jogado com fatos desconhecidos do leitor. Ou seja, não existe uma frase em qualquer número de DEBATE que proponha a diluição da TL/ALN numa "tendência mais larga". Para poder dizer isso o companheiro JS teve que apelar para um incidente entre DEBATE e a TL/ALN motivado no fundamental por uma terceira "força" que não vem ao caso. Nada de secreto. Simplesmente não é a atitude de um marxista-leninista usar esse tipo de argumentos sem explicá-los e ficando quieto sobre outros. O companheiro JS nos obriga a desenvolver tal problema para que cada leitor possa julgar.

Nunca condenamos a luta interna na ALN. Simplesmente achávamos, e continuamos a achar que as medidas necessárias para o reagrupamento dos marxistas-leninistas não podem esperar que todas as lutas internas nas organizações terminem completamente. Não queremos dizer com isso que deva-se fazer o reagrupamento em detrimento das lutas internas ou que a unidade deva ser o amálgama, a conciliação ou coisa parecida.

Enquanto discutíamos tais questões fomos informados falsamente sobre a prática dos companheiros iniciadores da TL/ALN. Juntamos tais informações falsas a fatos como: 1) a proposta de um componente da TL/ALN de se "fundir" coletivos na Europa. 2) uma frase do tal componente falando de "congresso antes do fim de 1971", sem precisões sobre a questão da composição de tal congresso e sem nenhuma preocupação pela luta ideológica que deveria precedê-lo. Mas isso tudo o companheiro JS não diz na "Réplica.." da TL-Ch. Independentemente de tais procedimentos nós reconhecemos o nosso erro em ter dado acolhida à informações falsas sem ter consultado o companheiro JS. E com isso pretendemos levar a autocritica à prática encurtando nossas criticas ao companheiro JS e fazendo proposições positivas para a discussão.

Na presente "Réplica.." o companheiro JS diz: "...nós propomos o princípio leninista da 'unidade e luta'".

Nós também companheiro... Só que princípio não é proposta. Um princípio dá orientação para uma linha de conduta que deve concretizar-se em propostas, resoluções e medidas. Portanto "propor um princípio" de pouco vale se não pudermos julgar se, na prática, ele está sendo seguido. Assim se perguntamos:

1) Em ACN a TL/ALN declara: "Dentro da ALN nossa proposta é de que a nossa organização faça apêlo para que seja formada inicialmente uma comissão consultativa de elementos representativos de organizações que estejam ou não na luta armada...Essa comissão consultativa discutiria um programa unitário, formas de cooperação no campo das denúncias políticas etc, buscando dar corpo a um organismo de frente" ver DEBATE 7 pag 41)

É claro que trata-se aqui da proposta de ACN referente à frente única e que achamos perfeitamente conveniente, tendo em vista ser também a síntese de uma experiência curta mas que se mostrou eficaz! - o comitê popular de São Paulo. Mas pode-se extrair o princípio que leva a tal proposição e aplicá-lo também na presente fase, entre as organizações, grupos, tendências, coletivos que apresentam condições de encontrar unidade num programa mínimo para o trabalho de massa. Principalmente entre os operários. Porque não propor comissões de consulta entre tais possíveis forças? Isso seria contrário ao princípio de unidade e luta? Isso não corresponderia à preocupação manifestada por Fernando de Andrade quanto às "formas transitórias de organização dos marxistas revolucionários"?

2) O companheiro acha que seria incompatível com o debate em torno de ACN elaborar uma plataforma unitária com respeito às questões táticas necessárias para o trabalho entrê a classe operária e os trabalhadores do campo? Acha que as divergências existentes sobre estratégia justa para a presente etapa impedem uma unidade tática quanto às formas de encaminhamento da propaganda socialista no seio da classe operária, da agitação pelas liberdades democráticas, organização de comissões operárias, etc?

O número 1 de Unidade e Luta nos pareceu estar empenhado em abrir uma via para a "reunificação dos comunistas de nosso país". Proclama a necessidade de levar até as últimas consequências a luta ideológica e propõe 4 objetivos políticos claros. Estariam tais proposições em contradição com um dos quatro objetivos à que se deu a redação da revista?

V - O caráter da revolução

Nas páginas 25 e 26 de DEBATE n.10, o companheiro JS discute rapidamente a questão da atual etapa da revolução brasileira. No item (d) precisa: "Já explicamos que entendemos o termo de "estratégia" como 'programa atuante', correspondente a uma fase bem determinada da revolução brasileira (que aliás é a fase em curso), concebida como um processo ininterrompido em direção ao Socialismo e - em última análise - ao Comunismo. Isto porque nossa revolução nacional-libertadora e democrática se dá na época do imperialismo moribundo (caráter da época), sendo que seu caráter "democrático" (tendo conteúdo 'popular') decorre das condições específicas do Brasil de hoje, cujo povo se encontra oprimido por uma ditadura militar fascista, ao serviço do capital monopolista e do imperialismo (caráter da revolução)."

Creemos que um exame atento dos conceitos abordados em tais frases poderá esclarecer, para nós e para os leitores, a concepção dos companheiros da TL/ALN com respeito à presente etapa da revolução. Não temos nenhuma intenção aqui em opor uma outra concepção à essa. Move-nos simplesmente a intenção de ver tal problema discutido de maneira mais clara. Para isso deixamos de lado a discussão, a nosso ver formal, sobre a palavra estratégia.

Vamos nos basear no artigo do camarada Mao Tsé-Toung: "A revolução chinesa e o Partido Comunista Chinês" de dezembro de 1939.(1)

Em tal artigo, depois de analisar o caráter da sociedade chinesa, ou seja, as condições específicas à essa formação social, depois de apontar os inimigos (alvos) da revolução chinesa, e depois de analisar uma a uma, as forças motrizes da revolução, Mao diz:

"Tendo compreendido tudo isso, nós podemos pôr a claro uma outra questão fundamental, a saber o caráter da revolução chinesa na sua atual etapa."

"Qual é portanto esse caráter? Aquêles de uma revolução democrático-burguesa ou aquêles de uma revolução socialista proletária? Evidentemente, não o segundo mas o primeiro."

Destacamos desde logo duas idéias fundamentais de tal citação. A primeira: que só pode se concluir do caráter de uma revolução depois de uma análise concreta das condições específicas da formação social em questão. A segunda: que o conceito de caráter da revolução não pode escapar dessa alternativa: uma revolução de caráter democrático-burguês ou uma revolução de caráter socialista proletário.

A primeira idéia, apesar de sempre tida como óbvia, nem sempre é levada em conta nas análises em voga. Tomemos um exemplo da frase do companheiro JS citada acima: "...sendo que seu caráter 'democrático' (tendo conteúdo 'popular') decorre das condições específicas do Brasil de hoje, cujo povo se encontra oprimido por uma ditadura militar fascista, ao serviço do capital monopolista e do imperialismo (caráter da revolução)."

À primeira vista, JS não cai em tal erro pois diz que o caráter da revolução decorre das "condições específicas do Brasil de hoje". Mas onde se encontra a análise das "condições específicas do Brasil de hoje"? Em ACN? Ou o companheiro crê ter resumido tais condições específicas no fato do povo ser oprimido hoje por uma ditadura militar fascista a serviço do capital monopolista e do imperialismo, e daí concluído o caráter "democrático"? Além disso, o que o companheiro quer dizer com êsse parêntese: "(tendo conteúdo 'popular')"? Quer dizer que o caráter da revolução não é nem aquele de uma revolução democrático-burguesa

(1) Obras Escolhidas tomo II pag 325

sa, nem aquele de uma revolução socialista proletária? Acha que é só a existência da ditadura que determina o caráter democrático da revolução? Qual é o caráter de classe dessa ditadura além de ser composta de "militares a serviço do capital monopolista e do imperialismo?"

Não acreditamos que poderemos encontrar respostas a tais confusões sem que tentemos trazer à tona a análise da formação social brasileira que existe subentendida em tais discursos.

As teses adotadas no VI Congresso da Internacional Comunista sobre "O movimento revolucionário nos países cloniais e semi-coloniais" dizia: "O imperialismo se associa antes de mais nada às camadas dominantes do regime social precedente - aos feudais e à burguesia comercial e usurária - contra o povo. O imperialismo se esforça por todo lado a manter e perpetuar as formas pré-capitalistas de exploração (sobretudo no campo) que são a base mesma da existência de seus aliados reacionários". (1)

Essa frase evidencia um dos aspectos fundamentais do imperialismo em uma de suas primeiras fases. Isso foi verdade para muitos países colônias e mesmo hoje para alguns países neo-colonizados do continente africano.

A penetração do modo de produção capitalista (MPC) nos países da África, Ásia e Américas, não se deu sempre da mesma maneira. Variou segundo a resistência dos modos de produção anteriores em cada país, segundo os interesses da burguesia de cada país imperialista e em cada fase do capitalismo monopolista.

Em nosso país, o MPC coexistiu com os modos de produção herdados da época colonial, sem no entanto predominar sobre este, durante um certo período de nossa história. Nessa fase, a principal base social das potências imperialistas era sem dúvida alguma a oligarquia latifundiária e uma burguesia comercial. No entanto, é o imperialismo americano que está ligado fundamentalmente a nossa história recente. E podemos dizer que desde a década de 30, e com muito mais evidência, depois da segunda guerra mundial, o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil tornou-se o aspecto dominante em relação ao modo de produção herdo da época colonial.

Contrariamente a outras fases e a outros países, o imperialismo americano não foi um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Ele não se apoiou principalmente nas "camadas dominantes do regime social precedente", mas sim, jogou com as contradições entre tais camadas e a burguesia industrial brasileira. Isto, até o golpe de 1964, foi mais ou menos nítido conforme a correlação de forças. Hoje, a burguesia brasileira enquanto classe é a base social principal do imperialismo americano.

É claro que tal afirmação não pode ser independente da análise da articulação dos vários modos de produção que coexistem em nossa formação social. Submetemos portanto aos companheiros o nosso ponto de vista quanto à questão:

O problema é dizer claramente se o MPC é o modo de produção dominante hoje no Brasil, ou não. Quais os critérios que devem nos levar a afirmá-lo? Cremos, em definitivo, que é de comparar as diversas formas de apropriação do sobreproduto social. Ou seja, de ver se a principal forma de exploração dos trabalhadores (operários, proletariado rural, camponeses-trabalhadores, artesãos,) é aquela efetivada através da renda da terra pré-capitalista, da usura, dos impostos, ... ou se é através da mais-valia capitalista. Em última análise, comparar as for-

(1) Obras Escolhidas - Mao, pags 332,333 do tomo II

mas extra-econômicas de exploração, à exploração pela apropriação da mais-valia capitalista. Ou ainda, se no Brasil, as formas de submissão do trabalho ao capital são principalmente formais ou principalmente reais.

Uma leitura atenta do artigo citado de Mao Tsé-Tung mostra ser êsse o seu critério geral. Apesar dos 3 milhões de operários da indústria moderna e dos doze milhões de trabalhadores assalariados da pequena indústria, do artesanato, e do pequeno comércio, existentes na China em 1939, o modo de produção capitalista não era dominante. A êsse propósito, no mesmo artigo, Mao diz: "...constata-se que nossa sociedade colonial, semi-colonial e semi feudal possui as características seguintes:

1) A economia natural que era suficiente a ela mesma, na época feudal, foi destruída nos seus fundamentos; entretanto, a exploração dos camponeses pelos proprietários da terra, que é a base da exploração feudal, não somente se conservou, mas ligada como é à exploração exercida pelo capital "comprador" e usurário, ela domina manifestamente a vida socio econômica da China.

2) O capitalismo nacional conheceu um certo desenvolvimento e teve um papel importante na vida política e cultural da China, mas êle não se tornou a forma principal de sua economia social ..."(grifos nossos, AS).

Na sociedade chinesa de 1939, o campesinato compunha 80% da população e era segundo Mao: "a força principal da economia nacional". A penetração do capitalismo no campo era quase nula e era sobreproduto do trabalho da terra extorquido em todas as formas de renda pré-capitalista (renda trabalho, renda produto, renda dinheiro) que primava sobre a exploração da classe operária.

Em nosso país coexistem quase todas as formas de exploração pré-capitalistas: seja o sistema de "plantação", a sua articulação com a pequena produção mercantil, assim como as inúmeras formas extra-econômicas de exploração. Embora não sendo êsse, à nosso ver, o aspecto dominante de nossa vida socio-econômica, êle ocupa uma parte não sem importância. E é isso que determina o aspecto democrático-burguês de nossa revolução agrária. A expropriação dos latifundiários ou a nacionalização da terra são tarefas da revolução democrático-burguesa, sem dúvida. Mas será êsse o aspecto dominante? Nós achamos que não. O fato da revolução burguesa, no Brasil, não ter sido uma revolução camponesa, não pode nos cegar a ponto de esquecer a famosa frase de Lênin: "Toda revolução camponesa dirigida contra as práticas medievais, o caráter de conjunto da economia social ficando capitalista, é uma revolução burguesa. Mas nem todas as revoluções burguesas são revoluções camponesas."(1)

Será que a execução das tarefas burguesas da revolução em relação à agricultura, ao serem executadas pelo proletariado brasileiro, conservará capitalista o conjunto da economia social? Não. E aí está o problema. Justamente por ser dominante o modo de produção capitalista, por ser a burguesia a classe hegemônica no poder, tendo como principal aliado a burguesia dos países imperialistas, o proletariado não poderá cumprir as tarefas burguesas numa primeira etapa conservando o caráter capitalista do conjunto da economia nacional, para depois, numa segunda etapa, atacar o capitalismo. Isso foi possível na China justamente porque o MPC não era dominante, porque a fragilidade da burguesia chinesa a fazia hesitante, porque não existia o estado nacional centralizado, etc.

A etapa de nova-democracia para o Partido Comunista Chinês sintetizava a ligação entre a revolução democrático-burguesa e a revolução

(1) Programa Agrário da SD na 1a. rev. russa de 1905 a 07 pag. 192

socialista-proletária, "Num país economicamente atrasado como a China, a vitória da revolução democrática trará inevitavelmente um certo desenvolvimento do capitalismo. Mas êsse será apenas um dos resultados da revolução chinesa e não seu efeito total. O efeito total será o desenvolvimento dos fatores capitalistas como dos fatores socialistas".

Se lembrarmos que o imperialismo japonês era um obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo na China, que tinha como base social os proprietários da terra (feudais) e a burguesia 'compradora', e que a burguesia industrial podia ser neutralizada por manter contradições com êsses inimigos, entendemos a inevitabilidade de um certo desenvolvimento do capitalismo depois da revolução, antes que a etapa socialista pudesse se resolver.

No Brasil, os nossos inimigos são (grosso modo): o imperialismo, principalmente americano, sua base social principal: a burguesia brasileira, e os latifundiários. Cabe uma pergunta: os setores da burguesia que mantêm uma contradição com a atual via que adquiriu o capitalismo brasileiro (nacionalistas ou camadas não monopolistas) poderão ser neutralizados? Se sim, qual é a limitação que trarão ao programa do proletariado? Para neutralizá-los o proletariado não executará as tarefas socialistas determinadas pelo acentuado desenvolvimento da acumulação capitalista no Brasil? Só responderão sim a esta última pergunta os que acham que o modo de produção capitalista não é dominante hoje no Brasil, e que portanto prevêem um certo desenvolvimento capitalista depois da vitória na atual etapa. (1)

Achamos incontestável que as tarefas principais da revolução brasileira são as de atacar os três principais inimigos: o imperialismo, a burguesia e o latifúndio. Portanto de levar em conta seu aspecto nacional (luta anti-imperialista), seu aspecto socialista (luta anti-capitalista) e seu aspecto democrático (revolução agrária). Por ser o modo de produção capitalista o modo de produção dominante na sociedade brasileira, por ser a burguesia através da atual ditadura militar, o principal sustentáculo dêsse "triumvirato", não vemos como dissociar as tarefas anti-capitalistas das demais, criando uma etapa de transição. Portanto, temos que concordar, no geral, com as críticas de Fernando de Andrade ao documento ACN. A etapa de libertação nacional e democrática se para artificialmente o aspecto anti-capitalista da revolução em curso de seus outros dois aspectos principais. Para poder fazê-lo se apóia numa separação anti-dialética do econômico e do político. Escamoteia a questão da articulação dos modos de produção a ponto de afirmar na citação que abre o presente capítulo (ver pag. 17) que o caráter da revolução é democrático (conteúdo popular) porque o povo é oprimido por uma ditadura militar fascista! Ou seja, antes de 64 a revolução não seria democrática porque não existia uma ditadura militar fascista!

Enquanto não for demonstrado que o modo de produção capitalista não é dominante no nosso país, teremos que continuar afirmando que o caráter da revolução brasileira não é aquele de uma revolução democrática burguesa, mas sim, aquele de uma revolução socialista proletária.

Isso não nos leva em absoluto a engrossar as fileiras dos ditos do "polo socialista". Por quê? Porque a análise dêstes últimos é igualmente falsa e leva a conclusões deformadas. Toda uma corrente de profes-

(1) Em 1907 Lênin se baseava na mesma idéia para definir a tática do proletariado naquêle momento: "Os princípios da tática socialista em tempos de revolução são que a classe devanguarda, o proletariado, deve marchar como cabeça da revolução popular (a revolução que atravessa atualmente a Rússia é burguesa no sentido em que a conquista de toda a liberdade e de toda a terra pelo povo não nos franqueará, de nenhuma maneira, da dominação da burguesia :...)" (grifos nossos, AS)

sôres universitários americanos (do norte e do sul), julga que o que determina o capitalismo é o mercado, põe acento sôbre as relações de distribuição e não sôbre as relações de produção, e conclue por exemplo que o Brasil é um país capitalista desde que foi descoberto pois estaria ligado ao mercado mundial. (Cana de açúcar). Encontram explicação para um certo limite no desenvolvimento do capitalismo na barreira do "consumo interno" e esta por sua vez nos "resquícios" pré capitalistas. Por acentuarem as relações de distribuição, chegam a afirmar que o latifúndio sempre foi capitalista, que mesmo no campo o modo de produção capitalista destruiu inteiramente os modos de produção a êle estranhos. Essa corrente da sociologia burguesa deu apoio completo às teses trotskistas sôbre a impossibilidade de revoluções não socialistas dirigidas pelo proletariado. Negam a priori o conceito de etapa na revolução. Para êstes, o fato do caráter da revolução ser socialista os leva a concluir que o programa é socialista ou caricatura de programa, e que não existem etapas.

Para êles, o caráter da revolução é socialista até no Haiti ou na Guiné-Bissau. Todos êsses países são "periféricos" e "integrados ao imperialismo!"

Rejeitamos todas essas concepções. Embora sustentemos que o caráter da revolução brasileira seja aquêle de uma revolução socialista proletária, isso não nos leva a eliminar o pêso da revolução nacional (a nação oprimida pelo imperialismo) e o pêso da revolução democrática (campesinato explorado pelo latifúndio).

A necessidade da definição de um programa atuante para a atual etapa levará em conta as três grandes tarefas: nacional, democrática, e proletária. Ao contrário da etapa nacional-e-democrática do PCB, do PCdoB, da AP, e da TL/ALN, julgamos que a atual etapa (seja qual for o nome que adquirir com a definição do programa), será uma etapa da revolução socialista-proletária, que executará tarefas nacionais e democráticas, e não, como foi na China, uma etapa de nova-democracia, novo aspecto da revolução democrático burguesa, com alguns fatores socialistas.

A tarefa que nos resta, não menos importante, é a de definir tal programa para um govêrno, que será o instrumento do proletariado na busca de alianças com as diversas camadas do campesinato e da pequena burguesia urbana. A elaboração de tal programa é uma tarefa árdua e difícil de ser realizada já. Êle depende de um conhecimento profundo das forças motrizes da revolução, das reivindicações de cada setor de classe ou camadas do campesinato. Êle terá que combinar as tarefas socialistas às tarefas democráticas, e às tarefas nacionais.

Criticando os programas agrários precedentes do POSDR, Lênin diz na página 57 de "O programa da SD na 1ª. rev. russa de 05/7": "Sem a experiência do movimento de massa, e mesmo: do movimento camponês à escala nacional, o programa do partido operário social democrata não podia tornar-se concreto, pois a questão de saber em que medida o nosso campesinato se diferenciou do ponto de vista capitalista, em que medida êle era capaz de realizar a revolução democrático burguesa, era muito difícil ou impossível a resolver sôbre a base de considerações puramente teóricas".

Ê nítido o método marxista na definição de um programa. Sem a experiência do movimento de massa que mostre até que ponto o campesinato se diferenciou em camadas distintas, até que ponto cada uma dessas camadas avança suas próprias reivindicações, impossível concretizar um programa.

Por isso preferimos apontar a necessidade de tal programa, de esforçar-nos para analisar a realidade brasileira e principalmente as for-

ças motrizes da revolução. Por isso mesmo, ficamos surpresos ao ler no documento "Uma autocritica necessária" os 16 itens do programa da revolução sem a análise que deveria preceder cada um dos itens. Este também não é, a nosso ver, um método leninista de elaboração de um programa.

- - - - - X - - - - -

Esperamos que a Tendência Leninista na ALN - coletivo no Chile, e seu porta-voz, o companheiro José dos Santos, interpretem as críticas aqui enunciadas como a exposição mais detalhada de nossos pontos de vista, que permita uma discussão criativa, e não uma simples troca de ataques. Por não considerarmos nenhuma de nossas idéias como dogmas, não eliminamos a possibilidade de estarmos errados e os companheiros certos, ou nenhum dos dois. Só resolvemos escrever o presente artigo por acharmos que não é escondendo suas próprias idéias que avançaremos, mas colocando-as preto no branco e contrapondo-as às alheias.

Estamos prontos para dar razão aos companheiros quando mostrarem realmente os nossos equívocos ou o nosso subjetivismo. Antes disso, os pontos aqui desenvolvidos nos separarão da TL/ALN.

Saudações Comunistas,

A. SILVA

MARXISMO E EXTREMISMO DE CLASSE MEDIA : A EXPERIENCIA DE LUTA
ARMADA DE 1968 A 1972

FERNANDO DE ANDRADE

IV- O espontaneismo insurrecionalista de Marighella

A evolução de Carlos Marighella é extremamente rica de ensinamentos, malgrado o caráter de tragédia que revestiu sua tentativa de generalizar as ações armadas de pequenos grupos de combatentes. Criticá-lo hoje, mais de três anos após sua morte e num momento em que está, e há muito, mais do que caracterizada a derrota do movimento do qual a ALN foi a expressão mais importante, é algo difícil. Nos anos da euforia armada -69 e 70- a dificuldade vinha das ilusões militaristas, do zelo cego com que procuravam calar a voz daqueles que, conhecendo as condições em que efetivamente se realizavam as ações armadas dos pequenos grupos de combatentes urbanos, insistiam em prognosticar uma derrota cujos sintomas não cessavam de se multiplicar. Hoje a dificuldade é outra. Materializada a derrota, aqueles que, dentro ou fora do Brasil, se auto-promoveram politicamente à custa do generoso sacrifício de tantos camaradas honestos e lutadores, são os primeiros a "desinteressar-se" por uma experiência da qual não têm mais nada a extrair de proveitoso. E criticam os que caíram como um torcedor critica o seu time que perdeu ou o jogador da Bolsa a queda das cotações que lhe fez perder dinheiro. Há também os que sempre criticaram Marighella simplesmente porque ele dizia coisas diferentes daquelas que estavam acostumados a ouvir e que portanto sempre se recusaram a entender porquê ocorreu em nosso movimento revolucionário algo como o marighellismo. Evidentemente, cada qual se auto-define pela maneira mesma com que critica os outros e é porisso mesmo que cabe ter cuidado ao criticar.

É sabido que desde o início Marighella rejeitou alguns elementos importantes da concepção de guerrilha defendida por Regis Debray. O Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo, de fevereiro 1968, 10

salientava não se tratar, "... de desencadear a guerrilha como um foco, como querem insinuar nossos inimigos, acusando-nos daquilo que não pretendemos fazer". "O foco, prossegue o citado documento, seria lançar um grupo de homens armados em qualquer parte do Brasil e esperar que, em consequência disso, surgissem outros focos em pontos diferentes do país". Concepção "tipicamente espontaneísta", que "conduziria a um erro fatal". Mas qual seria a alternativa ao debrayismo? "Para nós, a guerrilha brasileira não terá condições de vitória senão como parte de um plano estratégico global" (Pronunciamento...). Mas se procurarmos no Pronunciamento alguma esboço deste tal plano estratégico e global encontraremos somente conselhos práticos do seguinte tipo: "A preparação da guerrilha é coisa muito complexa e muito séria... Tal preparação exige o adestramento do combatente, a coleta de armas, a escolha do terreno, a fixação da estratégia e da tática a seguir e por fim, o estabelecimento do plano de apoio logístico". Estas passagens - que não são recortadas arbitrariamente do texto, mas resumem-lhe o tema central - têm um significado preciso, sobretudo à luz de sua posterior materialização: (1) longe de significar, como o afirmam os companheiros da TL/ALN na ACN, a expressão da influência do debrayismo na "cisão Marighella", constituem uma recusa do debrayismo no que tem de específico e portanto uma elaboração original da guerrilha como estratégia para nosso país; (2) mais precisamente, afastam-se do debrayismo em pelo menos dois pontos decisivos: (2.1) ao afirmar que "sem o apoio da cidade a vitória da guerrilha é impossível, o Pronunciamento não está dizendo que a vitória final da guerrilha (rural) supõe, como no caso cubano, uma insurreição urbana que acelere o desmantelamento do aparelho de Estado da classe dominante; está insistindo no papel importante em todas as fases da guerrilha urbana. É o que vem dito com todas as letras em outra passagem: "Grupos de guerrilha urbana devem ser organizados. Comitês volantes, sem sede fixa, e franco-atiradores são indispensáveis para manter as cidades num clima de rebelião (grifos nossos), enquanto a guerrilha se desenvolve na área rural". A ilusão sobre o clima propício à insurreição está aí transparente. Ao passo que Debray, com seu culto das virtudes revolucionárias da vida agrária, era bem mais cético quanto às possibilidades de uma guerrilha urbana com o papel que lhe atribuía Marighella (mudou de opinião em 1971, no seu prefácio a Nós, os Tupamaros, mas ainda neste caso parece que seu mau fado de teorizador de derrotas se cumpriu) e (2.2) "a guerrilha não conseguirá implantar-se se não houver trabalho entre os camponeses ou se não estiver estreitamente vinculada a eles e não contar com o seu apoio" (Pronunciamento...). Aqui a distância é ainda mais nítida em relação a Debray, para o qual as ações militares do foco determinavam o apoio do campesinato e não inversamente. Marighella recusa pois a tese debrayista de que é a sobrevivência militar do foco que assegura seu sucesso político. (3) O militarismo de Marighella, como já o salientamos em relação às concepções do ideólogo da VPR Jamil (DEBATE-9, pp.27-30) não era imbuido do mesmo desprezo pelas massas que encontramos neste autor e também em Debray. (Desprezo pelas massas quer dizer: desprezo pela capacidade que têm as massas em serem agentes da Revolução.) Sua rejeição do foco tem neste sentido um alcance que não é apenas tático. O foco é um grupo de jacobinos armados que dispensa qualquer forma de iniciativa das massas justamente porque absolutiza a técnica militar e reduz a Revolução a um duelo entre duas forças militares antagonicas. Por isso mesmo não leva em conta a dinâmica das massas, salvo como força de manobra passiva. Ao passo que Marighella levando em conta esta iniciativa, buscando incluir na dinâmica da guerrilha a dinâmica da luta de massas, é conduzido à crença de que estas estavam prestes a se revoltar, de que "comitês volantes" e "franco-atiradores" iriam brotar que nem cogumelos depois da chuva, enfim de que a insurreição - ou melhor o levante progressivo de setores cada vez mais largos das massas era coisa que estava na

ordem do dia. (4) Finalmente, na redução do propalado "plano estratégico global" a um conjunto arbitrário e desconexo de medidas práticas de todo tipo, estavam implícitas algumas idéias que correspondiam empiricamente à situação real dos grupos armados, mas que em absoluto não se enquadravam numa concepção "global" e coerente da guerra de guerrilhas. A tese de que "sem o apoio da cidade a vitória da guerrilha é impossível" escondia a realidade de que a "guerrilha" era formada por elementos oriundos de camadas urbanas e que tinham na cidade as bases de sua atuação. Por isso mesmo a regra de que a implantação da guerrilha supunha "trabalho entre os camponeses" e "vinculação estreita a eles" não se aplicava à cidade. Em outros termos, a necessidade de um prévio trabalho de implantação era reconhecida em relação ao campo pela simples razão de que as forças com que concretamente contava Marighella para desencadear a guerrilha não estavam no campo, e sim na cidade. E nisto está a essência - e a originalidade do espontaneísmo marighellista. Acreditava na dinâmica de massas porque acreditava que as massas estavam dispostas a passar à rebelião. Mas porque acreditava que as massas estavam dispostas a passar à rebelião, acreditava que em toda parte onde houvesse "grupos revolucionários" capazes de pegar em armas imediatamente, as ações armadas deviam ser imediatamente desencadeadas. Por isso a guerrilha começou na cidade. Marighella confundiu assim o radicalismo do setor estudantil e de camadas médias ligadas à intelectualidade com o estado de espírito insurrecional das grandes massas. Sem dúvida, setores combativos do movimento operário aderiram às ações urbanas. Mas não trouxeram atrás de si parcelas importantes da massa da classe. E de resto, eram operários, e não camponeses...

O elemento comum do marighellismo com o vanguardismo tipo Jamil ou com o militarismo pseudo-bolchevista de MR-8, PCBR, POC, MOLIPO, etc. está na idéia de que a luta armada é a forma principal (ou exclusiva, no caso do jamilismo) da acumulação de forças. "A ação faz a organização", palavra de ordem que fez sucesso na época em que foi lançada e que se complementava por esta outra: "O que une os revolucionários brasileiros é desencadear a ação, e a ação é a guerrilha". É interessante notar, quando ainda hoje militaristas da vigésima quinta hora pensam poder reformar a luta armada através de uma nebulosa "dialética" em que se "combinam" ações armadas e luta de massa, que justamente era característico do marighellismo o querer realizar esta combinação, ainda que, mais coerente que os neo-militaristas atuais, ele apontasse claramente onde estava o elemento determinante de sua concepção:

"O emprego das ações de pequenos grupos armados não exclui a luta de massas nem as ações de massa. Prova, entretanto, que sem potência de fogo e sem homens armados nada (grifos nossos) podemos fazer contra a ditadura" (O papel da ação revolucionária na organização)

Seria inútil argumentar para mostrar o militarismo desta tese. Ele está explícito, com todas as letras. E é justamente isto que faz a superioridade de Marighella sobre os neo-militaristas supra-citados, que não tiveram sua coerência nem no plano teórico (já que jogaram e jogam ainda com o confucionismo militar-pseudo-bolchevique) e no plano prático (já que -salvo honrosas -e trágicas- excessões- encastelam-se no mais das vezes num "guerrilheirismo de cátedra" tanto mais radical quando a pele que está em jogo não é a própria, mas a alheia). Comum a todos os militaristas, a idéia de que o essencial das forças da Revolução se acumula pela luta armada é interpretada distintamente por cada corrente particular. Da concepção jamilista (que considera que a luta armada que acumula forças é aquela desenvolvida por uma "vanguarda militar" de elite, que "luta no lugar das massas, mas pelos objetivos desta") (Jamil, O Partido e a vanguarda), ao ecleticismo neo-militarista e "guerrilheirista de cátedra" (que apela para uma "dialética" da luta armada, para "combinações" de ações de pequenos grupos e ações de massa, sem nunca fundamentar tais especulações e organigramas na experiência real das lutas de

nosso povo), do vanguardismo rural debrayista ao vanguardismo urbano que tão bem conhecemos no Brasil, todas as variantes do extremismo militarista de classe média fundamentaram suas idéias sobre a revolução na tese da acumulação de forças pela luta armada.

Esta constatação pertence hoje ao domínio do óbvio. Menos óbvios são os motivos que levaram tantos militantes a fetichizar os axiomas do militarismo e em especial este que acabamos de analisar. Para um marxista e leninista, a questão é perfeitamente clara no terreno dos princípios. Considerando que sempre é justo que os explorados e oprimidos se revoltam contra seus exploradores e seus opressores, os comunistas dignos deste nome apoiam incondicionalmente as mais distintas formas de expressão desta revolta, bastando para isso que sejam realmente originárias dos anseios profundos das massas. Afirmando o caráter violento de toda dominação de classe, e vendo na luta de classes o motor fundamental da história humana, o marxismo e o leninismo subordinam a supressão da violência na História à supressão das classes. Não se trata pois somente de "aceitar" a violência como uma das formas (a mais radical) da luta de classes. Trata-se de afirmar a realidade concreta e multiforme da violência como um dado objetivo, que os exploradores tentam mistificar e que os revolucionários tem o dever de desmascarar. O problema no entanto, no que à recente experiência brasileira de luta armada se refere, não está aí. Afinal, num país como o Brasil de hoje, quem poderia se atrever a auto-intitular-se marxista sem admitir que a ditadura militar a serviço dos grandes monopólios só entende a linguagem da força e que para derrubá-la é necessário reunir uma força maior do que a de que ela dispõe? O problema não é o do papel histórico da violência na luta de classes e sim do papel tático da luta armada de pequenos grupos na acumulação de forças da Revolução. Num momento em que a ditadura é forte e a Revolução é fraca, estas ações de pequenos grupos fortalecem ou enfraquecem ainda mais as fileiras revolucionárias? Se observarmos as forças de que dispúnhamos em 68 e as de que dispomos hoje temos de concluir que foi a Revolução e não a Ditadura que se enfraqueceu com a luta armada dos comandos urbanos. Ora, todos os movimentos revolucionários que participaram deste processo partiram da hipótese inversa, isto é, de que haveria fortalecimento da Revolução, de que as massas iriam se agrupar (Marighella) ou admirar (Jamil) os feitos dos comandos urbanos. Fica no entanto a pergunta: o que levou, fora os fatores demasiado conhecidos (mimetismo em relação a uma Revolução cubana que de resto era mal compreendida em sua dinâmica, influência do radicalismo das camadas médias da população urbana, crítica simplista ao PCB, etc.) tantos militantes a fetichizar os axiomas do militarismo, a transformá-los em certezas absolutas, em princípios incontestáveis, ou melhor só contestados pelas graves derrotas sofridas durante o período 1969-1972? É verdadeiramente surpreendente constatar que por trás da cega confiança no que alguns chamaram de "efeito mágico" das ações armadas, estava um desprezo completo pela capacidade de luta das massas enquanto tais (vanguardismo de tipo jamilista) ou pelo menos na capacidade de travarem-nas ao nível de suas condições imediatas de existência e de trabalho. No jamilismo esta idéia aparece sob sua forma a mais primária, de ingênua suficiência diante do proletário implicitamente considerado como um ignorante manipulado pelo "sistema" :

"O proletário está desorientado diante dos esforços dos meios de comunicação de massa modernos... No entanto este mesmo proletário é individualmente um revoltado. Só que desvia seu ódio contra indivíduos ou elementos particulares do sistema... e não contra o sistema como um todo" (Jamil, O partido e a vanguarda, escrito criticado em DEBATE-1 por Marta Alves). Na realidade Jamil projeta no "proletário" sua própria desorientação. Quem mais do que ele "desviou seu ódio" contra "elementos particulares do sistema"? Em vez do retrato do proletário moderno, o homem do espontaneísmo cibernético traçou nesta passagem sua própria caricatura política...

Em Marighella o desprezo pela luta reivindicatória (que implicava não um desprezo pela luta de massas em geral, mas uma visão idealista das possibilidades de dar caráter insurrecional ou ao menos armado à luta de massas) se exprimiu da maneira a mais acabada na seguinte passagem de O papel da ação revolucionária na organização :

"Nas atuais condições do Brasil há entre os revolucionários duas concepções distintas sobre trabalho de massa e ligação com o povo. Uma dessas concepções é a das organizações que partem das reivindicações imediatas e através dessa atividade procuram ganhar as massas para a revolução. A ditadura militar, porém não admite a luta reivindicatória e emprega contra ela decretos proibitivos e leis de exceção e, sobretudo, uma potência de fogo crescente, não vacilando em reprimir a bala manifestações de rua".

É lamentável ver num homem com longo passado no movimento operário, capaz de aplicar lucidamente o marxismo, como o mostrou em A crise brasileira (que a despeito de muitos erros e inexatidões, além de passagens bastante dogmáticas, constituiu um esforço válido no sentido de fundamentar na análise do desenvolvimento do capitalismo no Brasil a crítica ao oportunismo de direita do PCB), uma formulação tão infantil, que não resiste ao exame mais superficial, quanto esta que acabamos de citar. Infelizmente não foi dado a Marighella viver o suficiente para se dar conta do quanto se deixou envolver pela atmosfera de euforia armada, a ponto de escrever esta frase extraordinária: "A ditadura militar não admite a luta reivindicatória". Quando, em que ponto do globo terrestre, alguma classe dominante "admitiu" a luta da classe dominada? Teria Marighella esquecido que a capacidade de impor certas reivindicações foi e é sempre arrancada na luta (seja ela puramente reivindicatória)? Na Espanha de Franco, este assassino de operários, as comisiones obreras são "admitidas"? E o czar Nicolau de todas as Rússias "admitia" os soviets de 1905, ou os deputados operários na uma? Se não tivesse esquecido o marxismo e o leninismo, Marighella teria escrito em vez desta sua frase que "o movimento operário e popular não tem conseguido travar sua luta reivindicatória porque seu nível de organização e de combatividade é insuficiente para manter campanhas prolongadas e largas nas atuais condições de repressão". Porque é a força -ou a fraqueza- do movimento de massas que em geral determina aquilo que as ditaduras militares e outras, "admitem" ou não.

Marighella caiu nesses erros por se ter envolvido sem sentido crítico e auto-crítico num otimismo idealista cujo fundo era uma paixão revolucionária, uma confiança imensa nas forças revolucionárias de nosso povo. Morreu lutando contra a ditadura. Morreu fiel a suas idéias, e sobretudo a esta idéia principal da libertação do povo brasileiro. O elemento positivo em sua vida militante sobrepassa largamente seus erros que certamente teria corrigido se tivesse encontrado tempo para isso. E seus erros foram antes por excesso que por falta de confiança nas massas. (Dizemos isso sem qualquer preocupação de realizar elogios fúnebres: Marighella pertence à memória histórica de nosso povo e dispensa panegíricas). Mas o que hoje acontece de lamentável é a repetição dos erros de Marighella no referente à luta reivindicatória sem que estes erros sejam explicáveis pelo mesmo contexto de euforia armada, de ilusão insurrecionalista, de otimismo romântico em relação à eventual generalização da rebeldia armada. Ao contrário, encontramos hoje as mesmas teses da impossibilidade da luta reivindicatória, agora envoltas numa "austera, apagada e vil tristeza", como na passagem seguinte de um artigo publicado no num. 2 da revista Palmares, cujo autor, Daniel Figueiredo, se declara "membro da Ação Popular e um de seus fundadores" :

"En condiciones de total falta de libertad democratica, la lucha politica no tiene campo para desarrollarse, alcanzar las grandes masas... Cualquier manifestacion politica no consentida (grifos nossos; comparar com o "a ditadura militar não admite... de Marighella) provoca una reac-

cion policial y militar sin limites y desproporcionada (sic), que tiene como resultado una solucion rapida por el aplastamiento de la manifestacion y de la reaccion provocada" (Palmares, ib., p.16). Que queria o Daniel Figueiredo? Que a ditadura reprimissemos com confeti e lança-perfume? Neste sentido F. Palmares, ainda na revista do mesmo nome, vê mais longe quando nota que "por increíble que pueda parecer, un período aún más duro de represión, barbarie y violencia que lance toda la vida del país en un régimen totalitario" podêsemos "el comienzo de una negra era para Brasil" (ib., p.40). Increíble nada, F. Palmares. Só que a questão não é de fazer futurologia, ou outros exercícios de intelectual no exílio e sim analisar a experiência das últimas lutas, a situação concreta do proletariado, das forças da Revolução e retomar com mais consequência a luta contra a ditadura. É neste terreno que se decidirá do "creíble" e do "increíble". Mas de que serve, para recompor nossas forças e reorganizar nosso movimento ficar repetindo e mesmo papagaiando que é preciso "acumular fuerzas en los tres planos señalados -el legal, el clandestino y el armado" (Palmares, p.40) quando não se tem nem mesmo a honestidade política de Marighella, que pelo menos dizia claramente onde os revolucionários deviam investir suas forças? Tal é o traço comum entre militaristas e "centristas": a idéia desquengustamente porque o inimigo é forte e nós somos fracos, devemos desde logo buscar as formas as mais extremadas de enfrentamento, devemos provocá-lo de maneira a que ele empregue contra nós todo o cortejo de "represión, barbarie y violencia" de que já deu provas de empregar até o fim. Mas também aqui está a imensa diferença entre os "partisan" da cidade, que levaram adiante sua própria experiência, não se contentando em recomendar aos outros o emprego da "lucha armada" e porisso mesmo, por terem sido lutadores autênticos, por terem sido fiéis a suas idéias, puderam aprender com sua experiência, aprender com seus erros, (puderam aprender não quer dizer que todos aprenderam: possibilidade e realidade não se confundem) e os "guerrilheiros de cátedra" que preconizam as mais variadas formas de luta, sobretudo as mais "radicais" com a tranquilidade de um oráculo e o descompromisso de um arcanjo.

No caso dos "centristas" que recusam as formas mais manifestas do militarismo, o desprezo pela luta direta de massas vem hoje revestido deste sombrio pessimismo a que já aludimos e que nada mais é senão o reverso da medalha do otimismo romântico da euforia armada. Estas mudanças bruscas de resto são a expressão da instabilidade emocional das camadas médias, sobretudo de seus setores intelectuais: a turma do "oba-oba" vira turma do "epa-epa" quando a barra pesa... Na base destas alterações de humor subsiste a mesma metodologia mecanicista, a mesma concepção negativista da luta espontânea das massas (que só seria possível quando a "repressão"... não reprime), mas agora o espontaneísmo insurrecionalista (que repousava na incompreensão do verdadeiro papel da luta espontânea) se transforma em anti-espontaneísmo derrotista. Ouçamos o supra-citado Daniel Figueiredo lamentar nosso proletariado num estilo que lembra o de Jamil:

"Las clases asalariadas, el proletariado brasileño en particular, no cuentan ni con una experiencia de vida organizada y de lucha expresiva... a punto de que puedan pesar como fuerza de opinión o de respuesta en contra del sistema de poder" (Palmares, p.16). Não chega a ser a tese jami- lista de que a classe operária desbundou, mas é realmente bastante desmobilizante. Ou melhor, seria desmobilizante se a classe operária seguisse autores como o citado. Mas oprimida pela arrogância patronal, esfolada pelo arrocho, estenuada pelo ritmo da linha de montagem, humilhada pela prepotência dos homens do Capital, ela pesa e há de pesar infinitamente mais "como fuerza de opinion (e não só de opinião) o de respuesta (sobretudo de resposta) en contra del sistema de poder (entendamos, contra a ditadura militar a serviço dos grandes monopólios)".

O passado de nosso movimento já se cristalizou em sua inabalável imobilidade, mas seu futuro será o que fizermos de nosso presente...

III- As relações entre a esquerda e a Associação

Quando afirmamos que não eram boas as relações entre os dirigentes da Associação dos Marinheiros e a esquerda em geral na época do governo Goulart, prendemo-nos mais às questões políticas, isto é, às discussões referentes à natureza e ao conteúdo do governo e ao caráter de classe da luta dos marinheiros. É certo que quando o Partido Comunista afirmava a necessidade de apoiar as reformas de base tentadas pelo governo, procurava ao mesmo tempo enquadrar a luta dos marinheiros dentro dos limites do apoio geral às medidas do governo. Alguns membros do Partido não chegaram a compreender exatamente o que ocorria dentro da Marinha. Mesmo Carlos Marighella que possuía uma visão mais exata do problema, acreditava levar o movimento dos marinheiros a apoiar a luta geral travada nos sindicatos sem levar para dentro deles uma explicação clara da luta de classes na Marinha, sem explicar o significado do que estava se passando com os "subalternos". Isto não quer dizer que Marighella defendesse posição diferente daquela do Partido, mas via um pouco mais além, sem no entanto ter condições de influência profunda entre os dirigentes da Associação, alguns dos quais se mostravam excessivamente independentes.

Outro tipo de influência entre os marinheiros vinha da POLOP, como era conhecida a "Organização Revolucionária Marxista", que conseguia divulgar entre os marinheiros propaganda política através de um pequeno jornal, principalmente. Havia também discussões políticas entre os membros da Associação dos Marinheiros e dirigentes da ORM, sem grande produtividade pois era evidente o sectarismo de ambas as partes. Durante a greve nacional dos marítimos o governo empregou massivamente a Marinha para por em movimento os cargueiros parados nos portos nacionais assim como para "proteger" as instalações portuárias. O contacto que os marinheiros tiveram com os trabalhadores foi bastante amistoso e a POLOP nesta época fazia circular seu jornal na Marinha com fotos de marinheiros guarnecendo o porto do Rio de Janeiro. A penetração das ideias e influência da esquerda passou daí por diante a ser oficiosa na Armada. Fora esse mecanismo, a esquerda em geral não tinha muitas possibilidades de influência, a não ser através de discussão com os diretores da Associação ou participando sem direito a falar como espectadores, das Assembleias Gerais sempre realizadas em lugares públicos.

Os primeiros meses de 64, antes do golpe, decorreram numa relativa confusão, tal era a ansiedade de alguns grupos que anteviam o golpe em andamento. Inclusive o jornal Política Operária chegou a circular em alguns navios, embora em pequena quantidade. Outra forma de contacto entre os diretores da Associação e a esquerda e os sindicatos eram reuniões onde não se decidia nada de realmente provavitoso. Muitas vezes as discussões eram bastante acirradas, cada grupo procurando mostrar sua concepção correta do processo político brasileiro e sua falta de confiança em relação à atuação dos outros. Típico foi o ocorrido numa reunião em que participavam elementos ligados ao CGT e membros da Associação, onde um membro do CGT mostrava seu ceticismo em relação às possibilidades políticas do movimento dos marinheiros, dizendo: "você pensam que meia-duzia de gatos pingados tomando um navio é que vão fazer a Revolução?". Também lamentável era a incapacidade de todos os grupos ou partidos de esquerda de se aproximarem dos marinheiros. Uns buscavam somente apoiar a "luta dos subalternos" tendo em vista conceder-lhes o direito de voto. Claro que podiam contar aí com uma boa massa de votantes. Outros só queriam fazer propaganda ideológica, isto é, doutrinar os marinheiros sem levar em consideração suas

reivindicações concretas, sua capacidade (muito pequena) de luta e seus objetivos dentro da sociedade. Nem se preocupavam muito com o nível de organização nem com a forma de atuação de um partido ou grupo político que quizesse fazer um trabalho dentro da Marinha sem entrar imediatamente em choque com a Administração Naval.

Durante o período que foi da rebelião dos sargentos em Brasília (setembro 1963) até 25 de março de 64, cresceu a influência da esquerda entre os marinheiros, sobretudo a de Leonel Brizola e seus grupos. Era raro o dia em que Brizola não falasse na TV ou rádio e que não houvesse marinheiros ouvindo e participando, pois empolgavam-se com a linguagem usada por Brizola, sua pregação nacionalista e anti-imperialista. Por outro lado, a rádio Mayrinck Veiga irradiava uma vez por semana um programa especialmente feito por marinheiros, que contava com o apoio da chamada "ala parlamentar nacionalista", composta por alguns deputados da classe média radical.

No entanto, esse tipo de ação política já não constituía uma iniciativa sob controle da Associação dos Marinheiros. Era antes de tudo um produto mal acabado da radicalização política que mostrava os primeiros sinais de uma onda incontrolável. Disso nem Brizola tinha plena consciência. Assim é que durante a crise que sucedeu à mudança de alguns comandos do esquema militar (quando Castelo Branco assumiu a chefia do Estado-Maior do Exército, em setembro 63), a esquerda ligada a Brizola se preocupava com a sucessão do governo Jango. Cogitava-se da candidatura do ex-governador do Rio Grande do Sul à presidência.

Por outro lado, os contra-revolucionários que detinham o poder de fato, isto é, comandavam as unidades importantes nas forças armadas, desenvolviam uma propaganda político-ideológica entre os chamados oficiais jovens e os "recoitantes". Essa propaganda era essencialmente no sentido de derrubar o governo Goulart e "encaminhar na prática as reformas de que tanto falava o governo, com as quais jogava demagogicamente para se manter no poder".

É evidente que quando o movimento de massas chegou ao máximo, apoiando e exigindo as medidas reformistas de Jango e ameaçando destruir a chamada hierarquia e disciplina militares, se deu a ofensiva golpista. O primeiro ensaio de golpe saindo da Marinha se deu em novembro-dezembro 63, durante a manobra das forças navais no litoral leste (Bahia-Espírito Santo), na operação de treinamento "Dragão do Mar". Nessa época cruzador Tamandaré, junto com uma força-tarefa se deslocou para Salvador, ocasião em que o almirante José Uzeda promoveu uma "festa" a bordo desta unidade aproveitando para conspirar. Afim de despistar o governo, convidou as melhores famílias burguesas da Bahia, entre elas a do governador Lomanto Jr. Apesar disso, havia ainda muita indecisão entre os militares. A própria burguesia ainda jogava suas esperanças no governo Jango. No plano interno, os partidários das reformas de base se apoiavam nos "liberais" da ala mais moderada do Partido Trabalhista, no velho esquema militar de estilo getulista -gerais da campanha do petróleo. Por incrível que pareça a esquerda também acreditava ter aí uma parte de sua base social. No plano externo, a burguesia procurava uma saída para exportação. O próprio Jango saiu uma vez pela América Latina tentando vender automóveis. Nesta fase, em que os grupos e partidos de esquerda estavam todos eufóricos, era difícil denunciar a febril atividade da contra-revolução sem entrar em choque com os que participavam de cargos no governo Jango.

B. MIGUELLA ASSOCIAÇÃO DE MARINHEIROS (IV)

IV- O aprendizado dos marinheiros nos Sindicatos

Em 1962, quando foi fundada a Associação de Marinheiros, não havia objetivamente condições para que os operários tivessem confiança em militares, muito menos em relação aos praças, por quem os trabalhadores estavam acostumados a serem reprimidos. A AMFNB nascera sem dúvida do espírito de classe dos marinheiros, porém eles não possuíam ainda nenhum programa claro que os identificasse com o operariado. Por outro lado, apesar da politização alcançada pelo povo em geral, nos sindicatos ainda perduravam certas esperanças no trabalhismo e por isso mesmo a classe operária estava voltada para dentro de si e se alimentava de ilusões transmitidas pela liderança sindical. Por isso, foi com relativa perplexidade que os operários ouviam marinheiros, cabos e soldados pronunciarem discursos contra o sistema. Passaram em seguida a apoiá-los cedendo sedes de sindicatos para reuniões, ajudando na publicação de jornais ou panfletos. O quadro geral do movimento operário era profundamente reformista. Salvo alguns setores mais combativos (ferroviários, portuários) a consciência e organização da massa estavam no nível de simplesmente apoiar as iniciativas populistas do governo.

Timidamente os marinheiros começaram a aparecer em comemorações dos sindicatos, para em seguida passarem a participar de assembléias onde operários lutavam por aumentos de salários, o que não deixava de ser também uma reivindicação dos marinheiros. As visitas de José Anselmo e outros membros da Associação a sindicatos se tornaram constantes. Elas inicialmente não assumiram caráter político, pois os marinheiros se limitavam a observar as assembléias de operários sem intervir nas discussões. Em alguns casos havia até um toque de festividade (no bom sentido do termo).

Quando João Goulart começou a manejar os comandos militares (provavelmente para ajustar-se à nova situação de retorno ao presidencialismo) a Marinha foi das mais atingidas: o então ministro da marinha Pedro de Araujo Suzano foi demitido do posto. Quando chegou ao Rio vindo de Brasília, uns duzentos marinheiros o esperavam no aeroporto Santos Dumont, numa tentativa de demonstrar "publicamente" seu apoio a Suzano. Deste momento em diante, a participação política dos associados da AMFNB assumiu distintas formas, atraindo, é claro, o ódio do Conselho do Almirantado. O ato de "apoio" a Suzano foi verdadeiramente um escândalo, do qual os oficiais mais reacionários se aproveitaram para sua propaganda. O ato de apoio foi inútil, pois além de não impedir a queda de Suzano, envolveu a AMFNB em questões que fugiam ao seu controle.

Apesar desse fato negativo atuar contra a direção da Associação, no nível de consciência dos marinheiros houve pequeno avanço quanto à participação política geral. Infelizmente, este não era o caminho correto. O correto, como ficou demonstrado, era não participar como massa de manobra mas sim criar confiança por parte dos marinheiros nos dirigentes, isto é, na Associação, sem necessidade de intermediários oficiais e almirantes, fossem eles nacionalistas, legalistas, ou outros "istas" mais (sem desprezar a atuação de oficiais que pela sua participação independente contribuíram de forma construtiva em relação à AMFNB.)

Nos sindicatos da Guanabara os fatos se desenvolviam de forma completamente diferente. Aí os marinheiros não eram vistos como possível massa de manobra, mas como uma vanguarda medianamente politizada. Os dirigentes dos sindicatos que evidentemente estavam numa linha reformista, só podiam apoiar a luta dos marinheiros na medida em que esta se enquadrava no esquema geral das lutas pelas reformas. Por isso os operários nunca se preocuparam em discutir com os marinheiros questões de linha política ou organização. Para eles bastava o fato dos marinheiros estarem presentes nas suas concentrações, onde na maioria das vezes se discutiam coisas das quais os dirigentes da AMFNB tinham conhecimento apenas superficial. Além disso, as relações dos marinheiros com os operários se limitavam, quanto aos primeiros, aos dirigentes da Associação, pois era ainda impraticável a atuação

conjunta, ou melhor a integração dos associados da AMFNB e dos sindicatos. Isto foi tentado posteriormente, com resultados desastrosos. A burguesia e seus representantes na Armada (almirantes) não toleravam o contacto de alguns dirigentes da Associação e menos ainda contactos mais amplos com os sindicatos, como foi o caso da visita dos marinheiros à refinaria Duque de Caxias. Esta visita foi a culminância de todo um trabalho tentado pela direção da Associação para aproximar-se do movimento operário. Infelizmente esta, como outras iniciativas, foi cercada de uma conotação política que prejudicou e comprometeu seu sucesso. Para a burguesia, inclusive seu setor reformista, esse tipo de aproximação só poderia ser perigoso e por isso devia ser combatido no nascedouro. Assim é que nos navios os oficiais reacionários divulgavam informes sobre a penetração comunista nas forças armadas procurando caracterizar a atuação dos marinheiros como massa de manobra dos "pelegos" sindicais.

A diretoria da Associação defrontava-se pois com a alternativa seguinte: ou caminhar cautelosamente medindo cada novo passo, o que implicaria inclusive uma atitude de conciliação face aos oficiais que eram simpatizantes, e mesmo um acordo com eles, ou ignorar esta realidade e tomar a iniciativa de contactar com os sindicatos, pondo-se abertamente contra a política do Almirantado e entrando em choque com os oficiais. Entrando num acordo tácito com o Almirantado, perdiam os marinheiros a confiança dos membros da Associação. A escolha recaiu em fazer propaganda nos sindicatos, utilizando oportunidades para fazer a denúncia da situação interna da Marinha. Com isso, pensavam levar a luta para fora das casernas, aproximar-se rapidamente do operariado, combater a oficialidade onde esta lhes parecia mais vulnerável perante a sociedade. Desmascarando a demagogia dos oficiais, mostrariam que na Marinha existiam dois mundos: o dos almirantes e o dos marinheiros. No mundo dos almirantes tudo ia bem, a Marinha era uma força unida, sem contradições nem luta de classe. No dos marinheiros nada ia bem. Havia repressão, coação, terror, enfim, tudo o que as classes dominantes aplicavam sobre as classes exploradas existia dentro das casernas contra os mínimos direitos dos subalternos. Aos esforços dos marinheiros, às suas esperanças e vontade de luta, acrescentava-se o clima de solidariedade. Não havendo nenhuma tribuna à sua disposição, os operários lhes deram as deles. Não havendo vozes para defender os "subalternos", os operários estavam prontos para contestar. Por isso, a escolha dos sindicatos pelos marinheiros não foi uma questão isolada. Foi o caminho que se devia escolher.

A primeira vez que Anselmo foi a um sindicato (dos motoristas autônomos) houve na Marinha uma reação quase instantânea. Dois dias depois o chefe do Estado-Maior da Armada decretava sua prisão disciplinar, motivando o primeiro choque sério entre a Associação e a Administração Naval. Os marinheiros reuniram-se em Assembléia e nomearam uma comissão para falar com o ministro da Marinha, Silvio Mota. A comissão procurou-o à noite, em sua casa. Silvio Mota já sabia do que se tratava, pois tinha sido avisado pelo Serviço Secreto. Recebeu os marinheiros entre a raiva e o medo. Fingiu ouvi-los, mas o que fez foi providenciar a abertura de um inquérito policial-militar para enquadrar toda a diretoria da Associação no Código Penal-Militar. Sensível às pressões do Conselho do Almirantado, escolheu a solução que lhe parecia a mais firme. Pretendia "manter a ordem" na Marinha a custa dos marinheiros... Esse IPM, transformado depois em processo prevendo penas de no mínimo três anos de prisão determinou por parte da AMFNB uma posição inflexível. Tornava-se impossível uma política de conciliação, pois seria negociar sob ameaça.

Esta ameaça veio terminar com as ilusões de quem dentro da AMFNB, pretendesse negociar com a Administração Naval. Os almirantes declararam ilegal a Associação (como se ela precisasse do aval deles para funcionar). Os marinheiros denunciaram esta medida como arbitrária e não a reconhece-

ram. O famoso princípio da autoridade estava em jogo. Toda a burguesia, isto é, seus representantes diretos nas forças armadas, apressaram-se a condenar o "golpe que se aplicava na disciplina da Marinha". Tudo isso disfarçava o temor da oficialidade diante da gradual politização dos marinheiros.

Até aí, o que se poderia sentir em relação aos operários era a incompreensão do fenômeno da quebra da disciplina na Marinha e sua relação com a luta nas fábricas. Mas a AMFNB não podia cumprir seu papel de esclarecer os acontecimentos, exatamente porque também não compreendia profundamente os golpes que estava dando contra um dos poderes do Estado burguês. Faltava aos marinheiros a experiência política que naquele momento buscavam nos sindicatos, sem no entanto saberem como aproveitar ao máximo esta experiência. Os operários de empresas como a Petrobrás e a Refinaria de Manguinhos, que formavam os extratos da classe na Guanabara e Estado do Rio, ignoravam o que acontecia nas forças armadas e especialmente na Marinha. Somente os operários navais acompanhavam pela sua proximidade, a luta dos marinheiros, sobretudo no Arsenal da Marinha e nos estaleiros navais de Niterói. No entanto, por se tratar de uma área onde o Serviço Secreto da Marinha mantinha uma severa vigilância, sua aproximação com o movimento dos marinheiros se deu de forma mais lenta. Para citar só um exemplo, houve oficiais do CENIMAR que assistiam as reuniões dos operários. Devido também ao grau de radicalização atingido era difícil a aproximação na área dos sindicatos de construção naval que não fosse detectada pela Marinha, que vinha imediatamente com sua propaganda ameaçando os dirigentes operários com vários tipos de pressão. O perigo de ser preso e levado para uma unidade da Marinha sem a mínima proteção legal era uma barreira. Mesmo assim quando houve o golpe de 64, muitos operários navais, principalmente os do Arsenal da Marinha, foram presos por suas ligações com a AMFNB.

Para compreender porque os marinheiros tentaram uma aproximação com os sindicatos operários desprezando um trabalho, também possível, de aproximação com as associações congêneres existentes na Marinha (a Associação dos Suboficiais e Sargentos, a Associação de Taifeiros da Armada, o Clube Humaitá), há que compreender os objetivos e o caráter desses "clubes" que visavam a promoção de beneficiência e serviam de apoio político às idéias mais reacionárias dos oficiais. Em época de eleições, esses "clubes" se tornavam centro de atenções dos que buscavam votos para se eleger, pois os suboficiais e sargentos podiam votar. Os diretores desses clubes com raríssimas exceções se prestavam à bajulação dos oficiais e dos candidatos por estes promovidos. Não era sem motivo que Carlos Lacerda tinha aí seu pequeno "curral eleitoral". A oficialidade os apontava como "dignos suboficiais e sargentos" (ver o Manifesto dos almirantes ao mesmo tempo em que se apoiava neles para desenvolver grande atividade de repressão e de espionagem. Mesmo durante o golpe, no entanto, um grupo de membros da Associação tentou fazer aí um trabalho de resistência, que fracassou. A Associação de Taifeiros da Armada, com sede na rua Teófilo Otoni, não somente fugia ao contacto com a AMFNB como também endossava a propaganda dos oficiais: a AMFNB seria uma forma de "infiltração comunista" e de "destruição da disciplina". O acesso à graduação de suboficial, antes negado aos taifeiros, e que constitua velha reivindicação da categoria, foi por eles atribuído à boa vontade dos oficiais, o que causou maior divisão ainda entre taifeiros e marinheiros. Este clima de disputa, criado e manipulado pelos oficiais foi uma das muitas armas utilizadas para manter dividida a massa do pessoal "subalterno", como se no seio dele houvesse interesses antagônicos. Nisto se baseia em grande parte a unidade e disciplina inculcadas nos praças e soldados das forças armadas em geral. Donde a facilidade de manipular uma reivindicação como esta dos taifeiros. Contra os próprios taifeiros. Já o Ma-

nifesto dos almirantes, lançado antes do golpe, afirmava: "é de se notar que muitas das reclamações expostas têm sido há anos consideradas, sendo a Marinha a pioneira da assistência social nas forças armadas". Sem comentários... Cabe aqui esclarecer que atividade específica exerciam os taifeiros na Armada. Inicialmente, os taifeiros entravam na Marinha podendo chegar somente à graduação de "taifeiro-mor" que correspondia à graduação de cabo. Os taifeiros desempenhavam atividades profissionais como padeiros, cozinheiros, camareiros, etc. Passavam trinta anos entre as graduações de taifeiro de segundo classe e "taifeiro-mor", isto é, três graduações. Em seguida eram reformados. Quando a diretoria da AMFNB iniciou contactos com a Associação dos Taifeiros, estes já possuíam uma visão bastante deturpada do que era a AMFNB. Por outro lado, os taifeiros se organizavam de maneira tradicional, isto é, possuíam um padrinho almirante (um bom relacionamento precisava do aval do "padrinho", coisa que não interessava aos marinheiros). Já nas relações com o Clube Humaitá havia uma certa dubiedade, pois a ele pertenciam alguns aderentes da AMFNB.

O velho clube Humaitá possuía uma história bastante contraditória. Embora a maioria de seus membros estivesse no serviço ativo, alguns eram marinheiros veteranos aposentados ou que haviam deixado a Marinha por motivos diversos. Durante a crise política nacional de 63-64 o Clube oscilou entre posições populares e posições nitidamente reacionárias. Tinha tudo ali, desde simpatizantes do Partido Comunista até simpatizantes da extinta ação integralista. Durante o governo Jango seus dirigentes mantinham-se "apolíticos", apesar de muitos deles não serem mais militares de ativa e como tal não estarem sujeitos ao Regulamento Disciplinar da Marinha. Como a Associação dos Marinheiros era pichada de comunista os dirigentes do Humaitá mantinham uma certa prudência no trato com os dirigentes marinheiros. Essa prudência transformou-se depois em militância ou conivência com a diretoria da Marinha por ocasião do golpe, pois os oficiais reacionários usaram o nome do Humaitá como "exemplo de lealdade para com a Marinha. A verdade é que os dirigentes do Humaitá nunca tiveram um comportamento político claro em relação à AMFNB e evitaram se envolver em coisas promovidas pelos marinheiros e fuzileiros, principalmente quando havia nestas promoções posições contrárias às dos oficiais, e diga-se de passagem, eram bem poucas as vezes em que participavam. Quando o faziam mantinham uma atitude politicamente indiferente.

Dos outros clubes restantes, somente apoiou a Associação dos Marinheiros o Clube Beneficente dos Sargentos. O presidente, ex-sargento Melo, que anos depois fez parte do grupo da guerrilha de Caparaó, dava realmente grande apoio e cedeu as dependências do Clube à Associação. Esta atitude lhe custou o ódio dos sargentos bajuladores e a vigilância do Serviço Secreto da Marinha. Realmente, era difícil fazer uma frente ampla, mesmo entre os subalternos da Marinha...

(termina no proximo número)

DEBATE pelo trabalho visando à LUTA POLITICA DE MASSA
 DEBATE, pelo aprofundamento da LUTA IDEOLOGICA
 DEBATE, pela REUNIFICAÇÃO DOS MARXISTAS-NENINISTAS NUM SÓ PARTIDO COMUNISTA

DEBATE, POR UM ORGAO CENTRAL DE DISCUSSÃO
 DEBATE, PELA LIBERDADE, DEBATE, PELO SOCIALISMO

ORGANIZAR A DISCUSSÃO E A ELABORAÇÃO NO TERRENO IDEOLOGICO E POLITICO,
 LUTAR PELA REUNIFICAÇÃO DOS MARXISTAS-LENINISTAS ATRAVES DA PROGRESSI-
 VA UNIFICAÇÃO DA IMPRENSA COMUNISTA NUM ORGAO COMUM E EM TORNO DE UMA
 PLATAFORMA COMUM, É CUMPRIR AS TAREFAS HOJE A NOSSO ALCANCE, É CONTRIBU-
 IR, AINDA QUE DE MANEIRA LIMITADA, À FORMAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA EM
 NOSSO PAIS.

UM BALANÇO IDEOLÓGICO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA: PRIMEIRO PASSO PARA A CONS
TRUÇÃO DA VANGUARDA(texto redigido por militantes oriundos da
ALA VERMELHA e da VPR)continuação

CAPITULO III

O PCB de nossos dias é a consequência direta de sua origem e da posterior aquisição de novas tendências caracteristicamente pequeno-burguesas (representadas principalmente por Luis Carlos Prestes). Os seus começos anarco-sindicalistas vão durante quatro décadas assinalar cada vez mais, uma perspectiva de colaboração de classes, que o afasta definitivamente da ideologia proletária. Mas conserva sempre as marcas dos erros que presidiram sua formação. Como organização, cristalizou uma pretensa estrutura: a "leninista", exemplo vivo de como princípios organizativos corretos se deformam, até se tornarem irreconhecíveis quando aplicados a um conteúdo ideológico não proletário. O PCB sempre se disse regido pelo centralismo democrático. O que na verdade ocorre naquele partido é uma deformação desse princípio, ao ponto de transformá-lo num autoritarismo centralista. As direções conservando sempre o modelo stalinista, se outorgam a capacidade de tudo saber. Evidentemente, se se tratasse de uma organização criada a partir de quadros de vanguarda, sua direção traria o conteúdo ideológico e o conhecimento científico capaz de dar uma função correta à prática do centralismo. No entanto, como já vimos anteriormente, a origem eclética da direção central só tendeu a preservar-se. Se, durante anos, houve uma mudança física dos membros das direções, essa mudança não significou uma transformação do conteúdo, pois os processos centralistas viriam a permitir a preservação do desenvolvimento das tendências originais. Havia, enfim, uma direção comprometida ideologicamente com a perspectiva pequeno-burguesa de uma revolução gradualista. A sustentação política e teórica desse núcleo não ia além da repetição de fórmulas internacionalmente consagradas. O hábito da adequação mecânica de teses estrangeiras, vinha desde o tempo do Comintern. A dissolução da Internacional na década de 40 apenas transferiu a dependência para o PCUS, cujo CC era o guia infalível da revolução mundial. A "desestalinização" afastou Stalin do centro do cenário, mas não mudou nem podia mudar o caráter de dependência. A direção do PCB formada nesse hábito, não dispunha de uma bagagem politico-ideológica que lhe permitisse um processo de criação original. Suas posições, sem fundamento numa análise científica da realidade brasileira, sem respaldo num conhecimento da teoria marxista, só podiam sustentar-se baseadas na autoridade formal do centralismo e no recurso sempre presente do apoio de Moscou. Despido, portanto, de um conteúdo criador, a autoridade do CC assumia o caráter de imposição autoritária. As bases pouco ou nada podiam fazer. Em primeiro lugar, as exigências do "monolitismo" interno esmagavam qualquer pretensão à divergência. É evidente, que na falta de recursos teóricos e políticos para impor suas posições só restassem ao CC os recursos disciplinares. Em segundo lugar, não havia formação política nas bases. Recrutações segundo os critérios mais ecléticos, os militantes do Partido não passavam por um processo de educação política, nem fora, nem dentro, da organização. Os famosos cursos de capacitação política da década de 50 só trouxeram vulgatas mastigadas de um marxismo vulgar, muito mais adequadas à exaltação do Partido do que a criar uma visão científica nos militantes. E, mesmo assim, só atingiram a uma faixa restrita dos quadros do Partido. As bases recebiam tarefas e análises digeridas. Os famosos resumos factuais, onde uma caudalosa relação de fatos (em sua maioria divulgados pela imprensa burguesa) dando origem a conclusões genéricas do tipo "o imperialismo recua desesperado e a luta dos povos dá um impetuoso avanço", era praticamente tudo o que se fornecia para a "educação política" dos militantes. Havia, é claro, a publicação de textos marxistas. Mas esses eram, em sua esmagadora maioria (como se pode constatar na revista "Problemas") textos edificantes sobre o herói do socialismo ou textos soviéticos que nada tinham a ver com a nossa realidade.

Essa inadequação era geral : basta dizer que o curso "Stalin" para quadros intermediários tinha como fundamento a problemática econômica da construção do socialismo na Rússia. O que isso tinha a ver com a estratégia e a tática da revolução brasileira é um mistério até hoje irresponível. Evidentemente se publicava algo de Marx e Lênin. Nem tudo, porque as vulgatas eram muito mais facilmente assimiladas; apenas o bastante para se ter onde buscar as necessárias citações, cuja finalidade era dar alguma seriedade a textos ócos. Deseducadas, ignorantes dos rudimentos teóricos do marxismo as bases não podiam nada opor às sábias decisões e análises dos dirigentes. De mãos atadas pela disciplina mandonista, sem formação teórica que lhes permitissem a divergência, as bases do PCB viam a democracia transformada em farsa. Uma democracia interna que impede a discordância e que não fornece os instrumentos teóricos para a criação politico-ideológica, é o passo perfeito para o centralismo autoritário. Temos, então, a deformação dupla do centralismo democrático. Por um lado, o império do mandonismo incontestável; o arbítrio impune de direções convictas de sua onisciência; a vitória da mediocridade, pois os acessos às direções se reservava, logicamente, a quem estivesse de acôrdo e não a quem portasse a qualidade ideológica. Por outro lado, a conservação do baixo nível das bases. A deseducação política erigida em método. Mantinham-se os militantes ao nível da massa: o Partido não era uma organização de dirigentes proletários, mas sim, uma organização de massa rigidamente administrada. A manipulação da concordância se consolida como método de direção. No IV Congresso, em 1954, todos os itens são aprovados por unanimidade: não há discussões, apenas "prolongados aplausos". Se no V Congresso já ocorrem discussões, pelo fato da "desestalinização" já ter atingido o PCB, elas não chegam a colocar na mesa a essência dos problemas. Nem poderiam: a desestalinização polarizou posições, mas não trouxe uma educação política capaz de fazer as bases compreenderem aonde estavam as questões. É daí que devemos tirar a lição básica, que do ponto de vista orgânico nos lega o PCB. Sua experiência de cinco décadas nos mostra como os princípios orgânicos justos se deformam, ao revestirem um conteúdo ideológico pequeno-burguês. Trata-se então, de refutar os princípios da concepção de partido? Evidentemente, não. O que temos a aprender é como criar o conteúdo ideológico proletário, matéria prima da organização da vanguarda de classe. A experiência do PCB não invalida o centralismo democrático, demonstra-nos como não deve ser aplicado, isto é, que a sua aplicação nunca pode preceder a criação do conteúdo ideológico da vanguarda.

Se no terreno orgânico foi essa a manifestação do ecletismo ideológico do PCB, no campo da política ela vai ter sua maior expressão na deformação da concepção da Frente Única. Essa tendência vai se manifestar, desde 1946 até nossos dias, com pequenas variantes e uma curta interrupção. No essencial o que temos é a eleição para eixo fundamental da política do PCB de uma concepção de Frente Única onde se prega a aliança de classe em função de objetivos que interessam à burguesia nacional. É claro que a aliança de classe, a Frente Única, é uma política correta nos países onde o proletariado não tem condições de sozinho, empreender o assalto ao poder. É igualmente evidente que, no Brasil, há um conjunto de classes que se encontram no campo da revolução (sobretudo o campesinato), e que a elas deve se aliar o proletariado. Mas não se pode, por um momento sequer esquecer algumas questões básicas do marxismo-leninismo no tocante à frente única. Em primeiro lugar, a necessidade da hegemonia da classe operária na frente única, para que a revolução siga o caminho do socialismo e não se desvie no sentido da entrega do poder à burguesia. O proletariado só pode ser hegemônico na Frente Única se ele dispõe de sua vanguarda, firmemente organizada, na direção política dessa frente. E essa frente tem que ser garantida pela força, isto é, o proletariado precisa dispor das armas para defender seu poder. Em segundo lugar, o problema da Frente Única, para que ela possa chegar ao poder e se encaminhar para o socialismo, é o programa do proletariado, limitado apenas naquilo que for necessário para conseguir o apoio de outras classes. Jamais poderá a classe operária aceitar o programa de outra classe.

Isso representa traição a seus interesses e adesão ao reboquismo.

No PCB, a Frente Única assume tôdas as características de colaboração de classes, não de aliança. De um modo geral, o programa adotado nunca é o da classe operária, embora se fale em nome dela. A direção da Frente nunca está nas mãos do Partido, embora muitas vezes ele tenha a ilusão disso. E, por fim, o PCB sempre confia no exército da burguesia como sustentáculo da Frente. E, sempre esse exército "trai" a confiança do Partido, levando-o a amargar sucessivas derrotas. Em 46, na legalidade, já se coloca a tese da União Nacional pela Democracia. Os objetivos são a defesa da indústria nacional, a liquidação dos restos do fascismo, a luta anti-imperialista. Com a cassação do registro do Partido e a ilegalidade, interrompe-se temporariamente, o namoro com a burguesia. O manifesto de agosto raivoso, quer responder à quebrada Frente Única com a tomada imediata e violenta do poder pelo proletariado heróicamente isolado. Mas já em 54, no IV Congresso, a frente única volta ao programa, embora se fale em luta armada, o da política fundamental é de novo uma frente pela democracia. E daí aos dias de hoje, quando temos a União dos Brasileiros pela "Redemocratização" passando pelo áureo período do desenvolvimentismo, onde a concepção reboquista de Frente atingiu seus maiores sucessos. Através dos anos, com novas roupagens sempre a mesma essência política: a frente com a burguesia, pela democracia e pelo progresso, seja pelo equilíbrio de forças. Logicamente o PCB fala em hegemonia do proletariado, mas na prática, limita-se a servir dócilmente aos interesses da burguesia. Como poderia o proletariado ser hegemônico, se a força sempre esteve nas mãos de seus "aliados"? Se essa deformação do conceito de Frente Única tem sua raiz no ecletismo ideológico das direções do PCB, seus efeitos também atingem o terreno ideológico: torna-se tão difundido o pensamento democrático que as próprias fileiras do Partido e os setores mais avançados da classe operária, vão se formar nessa perspectiva. Mais que nunca distantes da ideologia socialista, o ecletismo da Frente Única contamina tôda a esquerda. Torna-se, num certo momento, difícil de distinguir e compreender a distinção entre perspectiva democrática burguesa e perspectiva socialista. Os militantes revolucionários estão imersos nessa confusão, as organizações políticas vão refleti-la e seus resultados são sensíveis até hoje. É evidente que a falência ideológica do PCB tem seus reflexos políticos estendidos a todos os aspectos de sua linha. A defesa da transição pacífica, a partir do V Congresso, a adesão final ao revisionismo contemporâneo, assim como o gradualismo das concepções de 46, caracterizam os vários momentos dessa deformação política. No entanto, podemos identificar o núcleo central dessa política como sendo, sempre, a colaboração de classes. Por trás da luta pacífica, por trás da perspectiva de mobilizar as massas para impulsionar o desenvolvimento capitalista do país, está, indisfarçavelmente, a colaboração declarada com a burguesia, ou melhor, o colocar-se a serviço dela. Essa deformação total da perspectiva proletária encontra sua expressão mais completa, seu conteúdo político, na concepção da Frente Única colaboracionista. O Partido se desarma, abandonando o papel de destacamento de vanguarda do proletariado, quando joga tôdas as suas forças pela revolução democrática, sem construir nada, e não ser frases, no sentido do socialismo. A revolução democrática, da qual a Frente Única é o instrumento principal, se transforma em objetivo último. E o PCB, de tanto restringir-se a tal objetivo, acaba assumindo, ele mesmo, a feição ideológica, política e orgânica da Frente democrática. Triste resultado para um partido comunista: de partido de vanguarda da classe operária, só restou um parágrafo nos estatutos; de comunista, só a longínqua lembrança de algumas boas intenções. O trabalho de massas do PCB caracterizou-se sempre como expressão concreta de seu ecletismo ideológico. Não se fundamentava no organizar as massas para a tomada do poder, nem em levar-lhes a consciência socialista. Resumia-se em arregimentá-las, através dos sindicatos, das associações e de outras formas amplas e abertas de organização, para utilizá-las como base eleitoral e como instrumento de pressão. A agitação e propaganda do Partido não levava às massas nada além das diretivas democráticas: luta pe

lo petróleo; luta em prol da indústria nacional; luta pela reforma agrária; luta pela limitação da remessa de lucros; objetivos sem dúvida justos. Mas era só isso. Restringia-se assim, o trabalho de massas à luta sindical e eleitoral. Não se impulsionava a classe operária no sentido da aquisição de uma consciência independente e socialista. Burocratizado, tal trabalho não assumia um caráter criador em termos de forma de organização e de luta. Sobretudo depois de 64, quando desmontam-se os instrumentos de pressão e não há mais perspectiva eleitoral, o trabalho do PCB resume-se numa atividade miúda, sem fôlego, de contatos estéreos, de fracas discussões, de poucas, ou nenhuma orientação prática. Não é mais uma organização dirigindo massas, ainda que para objetivos limitados. Trata-se apenas de uma tentativa de manter vínculos, mais formais do que políticos, de sustentar ligações subterrâneas à espera de alguma transformação no país, que permita a volta às antigas práticas. Mais pela sobrevivência da organização que para impulsionar a luta política, o trabalho de massa do PCB, permanece estreito, melancólico, medíocre. Não cria formas de organização adequadas às novas condições de lutas, suas diretivas visam apenas a "redemocratização do país".

De 22 até hoje, de suas origens anarco-sindicalistas ao revisionismo pacifista, o PCB não foi, em nenhum momento, a organização de vanguarda da classe operária. Legou-nos uma tradição de luta, heróica em alguns momentos, marcada por reivindicações e campanhas justas, mas sempre pequeno-burguesas em sua essência. Ligado às massas em sua origem e em alguns momentos de sua existência, não conseguiu dar a essa ligação o necessário conteúdo ideológico, não realizando assim, a tarefa primeira da vanguarda de classe: levar a consciência socialista ao proletariado. Desligado da massa, hoje, e desmoralizado diante dela, sustenta-se ainda em restritos setores da pequena-burguesia e em velhos e estratificados militantes operários.

Do PCB, herdamos erros dos quais ainda não nos livramos. Em sua experiência, ou melhor, na crítica a essa experiência, devemos buscar as lições para compreender como nos libertar de tais erros. Mas, e isso é fundamental, devemos entender que, como o PCB nunca foi vanguarda do proletariado, torna-se necessário romper quaisquer vínculos formais ou ideológicos que ainda nos liguem àquela organização. Não se trata, hoje, de "preservar as tradições traídas do Partido", nem de "restaurar" sua ideologia "deformada pelos oportunistas que ocuparam os cargos de direção". A defesa de concepção de partido, a perspectiva de construção do partido, exige um processo de formação ideológica da vanguarda, cujo primeiro passo é o repúdio radical do ecletismo pequeno burgues, que foi sempre o conteúdo do PCB. Devemos nos organizar para lutar pela construção do verdadeiro partido da classe operária, nunca para preservar a imagem do velho PCB. Ele, na verdade já morreu sozinho. Poderá sobreviver vegetativamente como organização marginal ao processo. Poderá mesmo experimentar algum pequeno surto de crescimento, onde os erros do ativismo militar levaram os menos esclarecidos a escolher por exclusão, as opções reformistas. Mas, politicamente, acabou-se, e isso é bom para a revolução, porque permite ver claramente que a concepção leninista de partido nada tem a ver com o velho PCB.

CAPITULO IV

Durante quatro décadas, o PCB se manteve coeso e representou a única alternativa no campo da revolução. Já vimos como a repressão interna e a deseducação das bases permitiram a conservação de um monolitismo orgânico desprovido de conteúdo ideológico socialista. Durante quatro décadas, dentro e fora do Partido, os ressentimentos, contradições, o ímpeto revolucionário reprimido se acumulam. Mas não há válvula de escape: a pressão não consegue alterar as estruturas orgânicas. O rompimento, a quebra do monolitismo, só vão começar no fim da década de 50. Embora as condições internas já viessem amadurecendo a tempos, são ocorrências do movimento comunista mundial que vão determinar o processo de dilaceração do Partido. O primeiro fator é o 20º Congresso do PCUS e a divulgação do relatório anti-estalinista de Kruchev.

O XX^o Congresso marca também a virada final do PCUS para o revisionismo pacifista, seguida mundialmente pelos dóceis partidos comunistas a ele atrelados. Mas, no primeiro momento, o fator principal de rompimento é o início da chamada "desestalinização". A derrubada do mito de Stalin, a denúncia de seus métodos e a crítica desabrida de seus erros, tem o efeito de uma bomba. A unidade "monolítica", a disciplina irracional, a inspiração política e a própria revolução proletária para o PCB, para seus quadros e militantes, tinham sempre tido como garantia a chancela tranquilizadora de Stalin. A repentina revelação de sua falibilidade e, mais do que isso, de sua culpa em erros políticos seríssimos, destruiu a base em que se assentava o mito do PCB. De início entre os quadros, depois na base e mesmo entre a intelectualidade e os setores mais avançados da massa, expandiu-se o mal estar. As condições surgiram para que, sob o impacto de novos acontecimentos, a fragmentação começasse.

A coexistência pacífica e os demais temas que viriam caracterizar o revisionismo oficializado pelo XX^o Congresso, começaram a ser criticados pelo PC chinês. De início é apenas uma pequena rachadura no bloco monolítico do campo socialista. Pouco a pouco a divergência sino-soviética se transforma numa fenda intransponível e a unidade socialista racha e diverge. Agora o rompimento em escala mundial é claro: seus reflexos na esquerda brasileira são inevitáveis.

O golpe final vai ser a experiência vitoriosa cubana. Embora peculiar e contingente, o sucesso de Sierra Maestra mostra, pela primeira vez, uma revolução que chega ao poder e se propõe a construir o socialismo à margem do partido tradicional. A guerrilha cubana, vitoriosa no momento em que a unidade mundial do socialismo está abalada, termina de derrubar os mitos acumulados durante anos. Todos esses fatores atuam inicialmente, sobre os revolucionários brasileiros, no sentido de abalar as crenças de há muito consagradas. São ainda apenas fissuras. Sobre elas os fatores internos, a dinâmica própria do processo brasileiro vai agir e começa a desagregação explosiva do Partido. De dentro do PCB as divergências que vão permear toda a estrutura partidária levarão a cisões múltiplas. De fora do Partido, outras tendências vão somar-se ao balé dos rompimentos e reconstruções, na tumultuosa trajetória dos anos 60. A acumulação de ressentimentos e divergências reprimidas no interior do PCB encontra nos fatores externos os caminhos para virem à tona. O importante é notar que os fatores externos provocam, antes de tudo, uma mudança no comportamento dos quadros e das bases. Não se trata aqui, ainda, da qualidade das idéias emergentes. Mas do próprio fato delas emergirem. O desafio à autoridade final de Moscou, a desmistificação da infalibilidade das direções permite o surgimento, à luz do dia, de novas idéias. Algumas vão refletir apenas ressentimentos e irritações. Outras vão lançar as sementes de uma busca.

Enquanto isso, fora do PCB, começava a se formar uma intelectualidade preocupada com os problemas da revolução, mais ou menos próxima do marxismo. A política desenvolvimentista da burguesia, a euforia da expansão industrial, são o pano de fundo que permite a essa intelectualidade pensar os problemas da revolução brasileira. E o PCB, perdido o monopólio da revolução, vê surgir fora de sua estrutura um pensamento preocupado com a determinação de um caminho viável para o processo.

Começava a trajetória que nos trouxe, através de um longo debate, à luta armada e ao refluxo. O eixo em torno do qual giraram as discussões, as divergências, as novas tomadas de posição, foi a questão da luta armada. A ruptura com o Partidão, as novas tentativas de definição se deram em torno da refutação do caminho pacífico e da busca de um caminho viável para a eclosão do processo armado no país. As outras questões, e sobretudo a questão da vanguarda, ficaram empanadas pela principalidade dada à luta armada, apenas subjacentes à todo o debate. Refutava-se o PCB porque ele adotava uma linha pacífica de transição; rejeitavam-se outras organizações porque elas apenas falavam na luta armada e não a realizavam.

Questão central, motora e impulsionadora do debate, a luta armada vai caracterizar os caminhos que o processo assume. As idéias sobre luta armada, da insurreição urbana à guerra popular, do levante camponês ao foco guerrilheiro, serão exaustivamente debatidas. No entanto, ainda que tais discussões pressupusessem concepções sobre a vanguarda de classe, tais concepções não são debatidas a fundo. Na verdade fica-se apenas na repetição dogmática de conceitos estratificados. Criam-se falsas contradições como a questão "guerrilha ou Partido". Tomando como eixo central uma questão estratégica e tática (a luta armada), perde-se de vista o problema ideológico fundamental: o da construção da vanguarda de classe.

Como subproduto da discussão sobre a luta armada vieram a surgir as mais diferentes "teorias" a respeito da vanguarda. A disseminação e a aceitação dessas "teorias" pôde ocorrer justamente porque o debate, centralizado no problema militar não conseguiu, nem tentou, o exame do problema ideológico. Embora a questão da luta armada seja de fato, um dos principais problemas no que tange à definição estratégica e tática da revolução, ela na verdade, é muito mais uma consequência da colocação correta da vanguarda de classe e de suas tarefas, do que ponto de partida para o debate.

Ainda uma vez aqui, são tendências do movimento comunista internacional que vão desempenhar um papel importante na distorção do debate. A luta que o PC chinês desenvolve contra o revisionismo soviético se fundamenta em grande parte na refutação da viabilidade da transição pacífica. É verdade que inúmeras publicações chinesas abordam a questão ideológica. Mas os militantes revolucionários que tem acesso ao material chinês, vão concentrar sua atenção no problema militar, porque, na indigência teórica e política que grassava entre os revolucionários, o romper com o Partido, era romper com o seu pacifismo. O olhar não ia mais longe: via-se apenas o que estava na superfície. Via-se que aquele partido, com aquela linha, não conduzia à revolução. Via-se a necessidade de mudar a linha mas não se via a necessidade de rever historicamente o Partido, e fazer a auto-crítica global do movimento comunista no Brasil. Essa miopia foi mais longe: atravessou uma década e chegou até hoje. Postas as viseiras, extrariou-se da experiência e do material chinês uma parte: a que se definia pela via armada. No entanto a influência decisiva, determinante, foi a de Cuba. Experiência latino-americana, mais próxima de nós no espaço e no tempo, Cuba coloca sempre em primeiro e único plano, a questão militar. A figura heróica de um Guevara, a presença no continente de uma Ilha que desafia o colosso imperialista, a saga romântica da guerrilha, toda uma linguagem que fala de perto ao ímpeto revolucionário de quadros pouco afeitos ao pensamento do materialismo dialético. E, por fim, Debray. Quando as interrogações e os vazios se mostram mais agudos, a sistematização debraysta de experiência cubana, suas críticas ao partido tradicional surgem como uma alternativa. O próprio Debray não consegue ver mais longe: ao criticar o partido não vai além do que fazem os revolucionários brasileiros. Critica as formas que assumiu o partido na América Latina, mas não alcança as raízes ideológicas do problema. Vê o emaranhado paralizante das estruturas estratificadas, mas não lhe alcança o conteúdo. E sua alternativa, a experiência cubana generalizada é uma nova formalização, é a estratificação da guerrilha. O que há de estreito na visão debraysta combina perfeitamente com as condições dos quadros revolucionários brasileiros e sua influência vai ser marcante em todas as tendências significativas que surgem do grande debate estratégico da esquerda brasileira. No entanto foram estas questões e estas tendências que impulsionaram o debate e que deram origem a uma nova prática revolucionária no Brasil. Esse processo nos trouxe ao refluxo e à maré montante da ação repressiva, mas foi ele que abriu as portas para o surgimento de uma nova qualidade na revolução. A sua existência durante uma década, marcada por erros e quedas, permitiu cortar as amarras do passado e preparar o futuro, ainda que, nos trazendo por caminhos tortuosos. As influências da China, Cuba e Debray impulsionaram um processo que, pela primeira vez na Rev. Brasil, criou as condições iniciais para organização da vanguarda de classe do proletariado.

CAPITULO V

A partir da destruição do monolitismo do PCB, do surgimento de organizações extra-partidárias evoluindo em torno do eixo da luta armada, o processo de rompimento surgiu por diversos caminhos. Embora o início do processo se dê ainda no final da década de 50, são os anos 60 que vão conhecer seu pleno desenvolvimento. A gestação das tendências já começara mas é a partir do V Congresso do PCB em 1960, que os acontecimentos se precipitam. O que decorre, daí a nossos dias, corresponde a um processo único. No entanto, podemos dentro dessa fase, delimitar alguns períodos em função de fatores determinantes que marcam cada um deles. O primeiro período vai de 60 a 64 e tem ainda como fator determinante o PCB, não obstante, já surgirem aí, organizações que o contestam em nome do marxismo (PO e PCdoB). A decidida orientação revisionista, adotada no V Congresso, já provocara sobretudo por seu caráter pacífico, a cristalização de pontos de vista contrários. Um ensaio de debate é esboçado. No entanto, devido ao aparente sucesso da linha pacífica durante a euforia reformista do Governo Goulart, o Partido conservou sua predominância. Os argumentos dos divergentes obtêm repercussão apenas entre alguns quadros revolucionários e restritos setores da intelectualidade. As bases do PCB, o proletariado e as massas não tomavam conhecimento do debate: o ascenso reformista parecia trazer ao país as soluções desejadas. O predomínio era incontestável: ele estava na máquina do Estado, ele estava nos Sindicatos e na CGT, ele estava no campo. Toda uma juventude revolucionária mobilizada pela enganosa atração das reformas de estrutura, não via como, nem porque, contestar o Partido. Acumulando vitórias aparentes num movimento revolucionário de baixo nível, ele dominava tranquilamente o panorama das esquerdas. Colaborando com a burguesia, comportando-se na verdade como uma esquerda organizada da burguesia, o PCB sonhava uma vitória imediata e presente. Experimenta, sem dúvida, um grande fluxo do movimento de massas. Vive seus dias de auge e de fastígio. Seu derradeiro auge como organização política, e começo da queda. Esse período também vê o ascenso de outras organizações que não buscam no marxismo seu fundamento. Em face do ascenso de massas, em face da disposição da burguesia de impulsionar o processo de transformação de estruturas, alguns setores de classes não proletárias se organizam para participarem em defesa dos seus interesses. É assim que algumas lideranças individuais da burguesia, herdeiras de uma tradição populista, como Brizola e Arraes, congregam em torno de si amplos setores numa tentativa de radicalização do processo. Brizola chega a avançar mais, quando inicia a organização de seus "grupos dos 11", talvez uma única tentativa consequente de uma burguesia nacionalista radical para criar uma estrutura organizativa sólida. Depois de 64, com o MNR, Brizola ainda tenta mudar o curso dos acontecimentos. Embora relacionado com Cuba, embora tentando o foco guerrilheiro, o MNR é ainda a extensão de uma perspectiva revolucionária burguesa. Por isso não tem uma importância determinante no processo de formação ideológica da vanguarda. Sua participação marginal nesse processo se dá apenas na medida em que forma quadros puramente militares que, mais adiante irão ingressar em organizações que buscam a alternativa socialista.

A organização de massas camponesas surge nas Ligas com Julião, como uma tentativa independente e desligada do movimento comunista. Fundamentado na reivindicação específica da classe que organiza: a reforma agrária, Julião chega a compreender a necessidade de transformações radicais, muito além da justa divisão das terras. No entanto, apesar da poderosa fase demassas em que se assentou, seu fôlego é curto. A Revolução Brasileira não é uma guerra camponesa e seus caminhos exigem mais do que uma liderança carismática e uma organização personalista e frouxa.

Antes de 64 as Ligas Camponêsas e a tentativa de organização revolucionária de Julião (Movimento Tiradentes) já se desmantelavam, corroídas internamente e sem conseguir responder às exigências do processo, mesmo naquele momento em que a maré montante da reação ainda não viera.

E, por fim, há também a Ação Popular (AP), subproduto da doutrina social da Igreja, que, em função de suas concepções ecléticas, consegue atrair amplos setores da pequena-burguesia. A sobrevivência posterior da AP, sua força e suas transformações são um reflexo mesmo dos caminhos ideológicos pouco claros pelos quais seguia a Revolução Brasileira.

O golpe militar de 1964 dá um fim radical a esse período. Em poucos dias o sonho de poder imediato e pacífico do PCB vem abaixo. Se era frágil o esquema nacionalista de Jango, mais frágil ainda era o castelo de areia de nossos revisionistas. Desmentido pela vida e golpeado fortemente o PCB, do fundo de seus operários se apegava ainda a suas fantasias. Continua insistindo nelas até hoje e o VI Congresso, em 1967, nada fez senão ratificá-las. Mas a prática já demonstrara a falência e traição da linha pacífica; a predominância do PCB no cenário das esquerdas estava irremediavelmente comprometida e seu reinado terminara.

CAPITULO VI

O segundo período vai de 64 a 67. É o período das dissidências e cisões, dos rompimentos radicais, da fragmentação múltipla. O fator determinante do processo passa a ser dado pelas organizações emergentes. As teses que se opõem à transição pacífica encontram terreno fértil para proliferar. A derrota de 64 abre os olhos da maioria da esquerda: todos sentem a necessidade de contestar o reformismo e de definir uma orientação estratégica e tática capaz de impulsionar o processo. É, enfim, o período do grande debate estratégico, no qual as principais forças revolucionárias se dedicam à discussão de um caminho viável para a Revolução Brasileira. Em função da derrota da orientação pacífica, todas as alternativas passam a girar em torno de uma definição pela luta armada. Logo se define um "divisor de águas", de um lado o reformismo, de outro, os defensores da violência revolucionária. O debate procura, muito mais do que refutar as teses revisionistas, definir uma forma possível de prática da luta armada. Tudo é discutido, dos programas à tática, mas tudo é em função, sempre, da necessidade de definir um caminho para o emprego da violência. De início, pelo menos até meados de 66, quem capitaliza o debate é a PO e o PCdoB. Como já levantassem antes de 64 a bandeira da luta armada, e suas organizações recebem então, afluência dos descontentes, crescem e parecem ser a única alternativa ao Partido, que, mesmo desmentido pela vida, ainda esgrime seu dogmatismo. Mas, a partir de 66 a PO e o PCdoB não mais conseguem, eles também, responder às necessidades do processo. E o VI Congresso do PCB, no ano seguinte, reafirmando as velhas teses, desilude definitivamente suas bases, que ainda esperavam algo, talvez um milagre. A partir daí o panorama é dominado pelas organizações e grupos dissidentes; o debate atinge seu auge.

O fato do movimento estudantil se organizar e experimentar um ascenso nesse período, oferece um campo fértil para o debate. Por suas características específicas, o ME alimenta a discussão e ela extravasa o limite das organizações. Acaba por ser feito diante da massa estudantil, em cada assembléia ou congresso, por organizações políticas predominantemente estudantis.

As organizações que se destacam nesse período são consequências diretas do debate e viviam em função dele. Organizadas para o debate; decorrentes dos rompimentos com o velho Partido, com a PO e o PCdoB, caracterizam-se por certa fluidez estrutural, pelo ultra-democratismo e pela falta de unidade nacional. Do PCB vieram as Dissidências e a Corrente (que depois iria originar o PCBR); da PO surgem as cisões e do PCdoB a Ala Vermelha. Dentro de cada uma delas coexistem tendências as mais diversas e as exigências do debate as tornavam vazadas horizontalmente. Tais características definem um funcionamento atabalhoado e confuso.

Não há unidade de ação, como não há unidade de concepções. Estas estruturas são, sem dúvida, adequadas para um debate político apressado e anárquico e bastante ineficazes para a produção de qualquer resultado prático. O debate estratégico, de fato, lançou muitas teses sobre a mesa, mas teve um rendimento político concreto quase nulo.

Em fins de 67 o debate já começa a se esgotar. O que era possível se ter discutido, já o fôra, e as posições cristalizavam-se. O debate se esgota, não porque tenha respondido às questões estratégicas e táticas da Revolução Brasileira, mas porque, naquele momento, não se podia ir mais além: os quadros que participavam do debate possuíam uma precária e quase inexistente formação marxista e o debate teórico se travava distante da prática (já que a prática predominante era a estudantil). As conclusões até então obtidas só poderiam ser comprovadas (ou refutadas) pela retomada de uma prática revolucionária concreta. Essa retomada se colocava como sendo a prática da luta armada, já que era este o eixo em torno do qual girava o debate. Os sinais de esgotamento surgem claramente no caráter bizantino que assumem as discussões. As questões mais triviais do movimento de massas são imediatamente justificadas ou combatidas com base em complicadíssimos raciocínios estratégicos. Para se decidir entre uma passeata ou um comício relampago discute-se se a revolução brasileira tem ou não tem etapa, ou se a burguesia nacional existe. Mas, sem dúvida, o auge e o fêcho de ouro do bizantinismo no debate estratégico se dá no XXIX Congresso da UNE, em 67, quando se vota em plenário o caráter da revolução brasileira.

A essa altura do debate as teses de Régis Debray já vinham, a algum tempo, sendo divulgadas no seio da esquerda. No entanto, é o esgotamento do debate que vai criar as condições para que elas surjam como uma resposta. Seu impacto é grande: do conjunto de teses em debate, elas parecem ser as únicas, naquele momento, a oferecer uma alternativa prática.

Ao criticar os velhos PCs, Debray conseguiu generalizar as críticas que os revolucionários da América Latina fazem. E ao propor o foco guerrilheiro como saída ele parece apontar uma solução prática, viável e, até certo ponto, fácil de ser realizada. Sua influência sobre os revolucionários brasileiros é imediata. A estreiteza de sua crítica e o caráter pequeno burgues da alternativa que propõe se encaixam com perfeição na perspectiva imediatista e na estreiteza de visão de nossos quadros revolucionários. O entusiasmo de Sierra Maestra paira sobre a revolução brasileira, a figura do guerrilheiro heróico repercute em cada consciência e todos se apressam para retomar o fuzil que Guevara havia deixado tombar nas montanhas da Bolívia.

Infelizmente Debray, ao criticar o Partido não conseguira ultrapassar o aspecto formal. O que ele critica são as estruturas estratificadas em que se transformaram os PCs da Terceira Internacional. Mas, como não vê a questão da qualidade ideológica da vanguarda; como não compreende que os velhos partidos são deformações das concepções leninistas, Debray contesta o próprio conceito leninista de partido, e procura substituí-lo pelo conceito do foco guerrilheiro como centro aglutinador da vanguarda. Nessa colocação comete dois erros fundamentais: o de definir uma forma de luta, um dado tático, como eixo do processo revolucionário e o de abandonar o conteúdo ideológico da revolução socialista.

No entanto, em fins de 67, não havia quem compreendesse com clareza esses problemas. Houve uma polarização: os que aderiram às teses debrayistas, em todo ou em parte, e os que as rejeitaram, tomando como base a defesa dogmática do Partido, isto é, a defesa do Partido, apenas como estrutura orgânica da organização de vanguarda. Quanto ao conteúdo da vanguarda, ninguém se manifestou, porque, enfim, ninguém sabia direito o que era isso. Estava definida a polarização: Partido ou guerrilha, que se conserva até hoje. Algumas tentativas foram feitas para superar essa polarização (como na Ala, por exemplo) e resultaram numa mescla das duas posições já que tal superação depende da compreensão real da concepção de partido. E essa concepção, infelizmente, não foi alcançada.

Com Debray vai se abrir um novo período. No entanto desta vez não há uma data definida para seu início; durante o ano de 68 já se vive o começo de uma nova realidade, sem que a anterior tivesse desaparecido. O novo período que vem de 68 até hoje é marcado pela prática da luta armada. O fato determinante se torna a existência do evento armado e das organizações que a ele se dedicam. São os anos da "guerrilha urbana". Mas, em 68, quando já estavam nas ruas as primeiras ações armadas, ainda não desaparecera o debate estratégico, alimentado ainda, mesmo após ter-se esgotado, pelo auge do movimento estudantil.

A explosão do movimento de massa que teve seu ponto máximo na passeata dos cem mil, mostra claramente a situação peculiar pela qual passava a esquerda. Algumas organizações, que já haviam optado pelas ações armadas, estão totalmente desligadas do movimento de massas, agindo numa única realidade política. As outras, interessadas no movimento de massas, mas enredadas pelos últimos estertores do debate estratégico, não só desconhecem a prática daquelas que já agiam militarmente, como também não conseguem dirigir o próprio movimento de massas. Este encontra suas principais lideranças em independentes carismáticos, como Dirceu e Vladimir.

O debate estratégico se encerra por fim, com o refluxo do movimento de massas, muito tempo depois de já esgotado. Seu atestado de óbito é o Ato Institucional número 5. Esmagado o ME, cortam-se os canais do debate. O esgotamento e o fim do debate estratégico abrem o caminho para o novo período. E o debate, limitado e bizantino que possa ter sido, deixou um grande saldo. Durante as discussões, as principais teses do marxismo foram postas na mesa. Por mais sectária que possa ter sido, nesse período, a utilização do marxismo, ela trouxe ao conhecimento de um grande número de quadros, elementos teóricos fundamentais. O próprio debate exigia que se buscassem fundamentos: problemas que anteriormente só eram discutidos ao nível de Comitê Central do Partido, vieram para o debate nas bases, diante mesmo das massas. Ainda que anárquicamente, o marxismo foi divulgado; muitos quadros aprenderam então a pensar politicamente. Em poucos anos se conseguiu uma difusão do pensamento marxista, que o PCB não realizara em muitas décadas. É essa formação anárquica e desorganizada, mas livre de um dogmatismo castrador, que vai dar as bases teóricas elementares para o surgimento dos quadros de vanguarda. Além disso o debate aborda as principais questões estratégicas e táticas da revolução brasileira; não se chega a conclusões incontestáveis mas pelo menos esboça-se algumas preocupações essenciais à definição do processo. A análise de classes, a importância do campo, o caráter da revolução: pontos de discordância no debate que seremos obrigados a retomar sob nova perspectiva. O debate não resolveu essas questões, mas ventilou-as e ao reencetar o debate, agora sob um novo ponto de vista e, com novas condições, o faremos sobre as bases das discussões do período de 64-68. No entanto há algumas questões que o debate estratégico consegue estabelecer incontestavelmente e sobre as quais se constroi o prosseguimento do processo. Não existem mais dúvidas quanto a inevitabilidade do caminho armado e torna-se claro que a guerra prolongada é a via que a Revolução seguirá. Do ponto de vista da tática, a luta guerrilheira é incorporada como uma forma de luta necessária ao nosso processo. A retomada do debate hoje, se fará a partir dessas conclusões. São, já, questões superadas: a luta ideológica deverá se travar dentro das concepções de guerra revolucionária.

As organizações desse período marcam, claramente, uma transição. São organizações instáveis, frouxas, contraditórias. Não se definem rigidamente porque estão em constante transformação. Abandonava-se o caminho pacífico, reviam-se as teses. A indefinição prevalecia na medida em que era a busca de uma definição nova. Debray, surgindo nas teses debatidas, é a ponte que vai completar a transição para inaugurar uma nova prática. A grosso modo podemos dizer que o debate estratégico gira em torno da discussão e adaptação às condições então existentes.

Essa discussão é o limiar da abertura para a prática que vai surgir em seguida. Nesse sentido poderíamos reduzir essas organizações e seu debate estratégico a um prólogo que viria depois: o ativismo militar. No entanto, a partir de uma visão mais larga da que nos é possível hoje, podemos localizar uma outra importância nelas. A importância de ter debatido aberta e amplamente as idéias gerais do marxismo e as questões cruciais da realidade nacional. Nesse sentido elas criaram a base de uma formação política para aqueles que bem mais tarde, começariam a se formar como quadros de vanguarda. Nesse sentido o debate estratégico foi o prólogo da luta ideológica.

O grande debate estratégico esgotou-se por falta de condições político-ideológicas das esquerdas, para levá-las mais adiante. Hoje, depois do impacto de alguns anos de prática já começamos a adquirir as condições antes ausentes. Pelo menos alguns quadros as adquirem. A tarefa desses quadros é reencetar a discussão, transformando-lhe a qualidade. Vindos do debate estratégico chegamos ao momento da luta ideológica.

(segue)

O MOVIMENTO CAMONÊS NA ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO

(Publicado em Barra de Santo Antonio - Alagoas a
5 de outubro de 1966)

PALMEIRA

AS QUATRO CONTRADIÇÕES DA ZONA CANAVIEIRA EM PERNAMBUCO introdução

O processo histórico de proletarianização das massas camonêses do Nordeste tem suas raízes iniciais logo após a doação, por Portugal, da capitania hereditária de Pernambuco ao aristocrata português Duarte Coelho Pereira. Este não vacilou em utilizar todos os meios ao seu alcance para desbravar, povoar e desenvolver a incipiente indústria açucareira na capitania.

Quando na Europa já se estava rompendo com a velha estrutura feudal, desenvolvendo-se uma burguesia no setor comercial, setores da aristocracia portuguesa de espírito empreendedor, entre os quais Duarte Coelho Pereira, deslocaram-se para aqui com um duplo objetivo :

- 1) - Comerciar com a metrópole;
- 2) - Cultivar e industrializar a cana de açúcar.

É aconselhável notar que o velho aristocrata português não se embarcou para encontrar a forma ideal de trabalhar na nova terra; aplicou sem reservas o regime escravagista de há muito superado na Europa; compreendeu astutamente que regredir aos tempos nas condições em que se encontrava o Brasil era necessário para o seu próprio desenvolvimento.

O material humano a ser colocado na nova terra, buscou ele nos próprios compatriotas marginalizados, condenados pela "justiça" portuguesa, que aqui vieram não para cumprir suas penas, mas para serem escravos e nunca mais verem sua pátria natal e seus entes queridos.

Por ter Portugal já na época várias colônias na África e o donatário de Pernambuco ter uma boa experiência naquêlê continente é que lhe foi dada essa capitania; por conhecer bem a força de trabalho do negro e inclusive a cultura canavieira, por êle já desenvolvida naquêlê continente, trouxe para aqui grandes quantidades de negros a fim de colocá-los como escravos no desbravamento e plantio de cana e mandioca.

Outra fonte de recrutamento foi o índio. O donatário de Pernambuco, vendo-se premido pelas despesas que tinha em trazer o negro da África para a sua capitania e devido a reação armada dos índios em defesa da posse da terra invadida pelos brancos, decretou sua caça e escravização. Por outro lado, o donatário considerava como necessário o trabalho do índio,

juntamente com os negros para desenvolvimento da agro-indústria açucareira.

Eis aí o tripé de origem das massas camponêses da zona canavieira do Nordeste, que permaneceram como escravos desde 1535 até 1888.

O importante em tudo isso para os que lutam pela emancipação dessa classe é verificar que todo o processo de desenvolvimento na agro-indústria açucareira, de manjarras puxadas a éguas às usinas com grande capacidade, locomotivas e caminhões, como meio de transporte, foi realizado com o homem do campo como escravo. O longo período de escravidão por que passou o Brasil de aproximadamente 353 anos, foi todo um espaço de tempo correspondente ao ascenso da agro-indústria açucareira do Nordeste.

Quanto ao sistema político-social, em relação aos negros, permaneceu intato, com exceção de algumas leis que em nada alteraram o conteúdo da escravidão. Foi esta razão política que levou os negros, em várias oportunidades a organizarem-se em quilombos, participarem em todos os movimentos armados, desde a invasão holandesa até o fim do século XIX e muitos dos quais liderados por eles próprios.

Com a alforria que teve o camponês da zona canavieira do Nordeste em 1888, este foi transformado de escravo em simples assalariado, continuando entretanto com a mesma forma de trabalho. As tarefas e as contas que existem até os dias de hoje são formas de trabalho utilizadas em todo período da escravidão nesta zona do Nordeste. Uma única diferença concreta: antes da alforria ele recebia a comida pronta, dormida e mulher por conta das tarefas e hoje recebe um salário que nunca atinge o mínimo regional, com exceção do período de Jango e Arraes no poder.

Por aí se vê que o camponês da zona canavieira passou de escravo a assalariado sem se tornar proprietário ou rendeiro, como acontece no agreste e sertão nordestino. É essa uma das razões de considerarmos as massas trabalhadoras da zona canavieira do Nordeste a camada mais proletarizada entre os camponeses da região e com menos ilusão nos patrões, isso em relação a outras camadas sociais do campo.

Após 13 de maio de 1888, a agro-indústria açucareira do Nordeste passou por um processo de grandes modificações e desenvolvimento em relação à indústria açucareira dos fins do século passado. Porém as condições do trabalhador rural em pouca coisa se modificaram em comparação com as do trabalhador daquela época. Continuam no eito e nas tarefas e muitas vezes recebem castigos corporais. As únicas mudanças surgidas foram:

- 1)- A criação pelo Congresso Nacional, no período do governo deposto em abril de 1964, do Estatuto do Trabalhador Rural em forma de lei trabalhista para o campo, que por sinal só funcionou no período da quêle governo.
- 2)- O direito de organização dos sindicatos rurais.

Na verdade essa lei trouxe novo impulso na organização da luta das massas camponêses por suas reivindicações. Faz-se necessário observar e ressaltar que essas conquistas devem-se fundamentalmente aos grandes movimentos desenvolvidos pelas Ligas Camponêses e os próprios Sindicatos Rurais na fase de 1956 a 1964. Essa lei foi promulgada sob pressão das massas camponêses em todo território nacional, cujo movimento germinara e vinha se desenvolvendo desde a queda do Estado Novo, avolumando-se cada vez mais a partir de 1956.

CAPÍTULO I : O CARÁTER DA PROPRIEDADE

Os usineiros não só são proprietários das usinas, como também das terras, das matas, do gado, (bois, burros e porcos), da plantação de cana, das casas, dos templos religiosos, dos instrumentos de trabalho (enxada, foice, estrovenga, ferramentas de carpintaria, machados, arreios, arados, tratores, etc), do armamento bélico, das rodovias, das ferrovias, dos caminhões e locomotivas dos barracões e cooperativas, controlando a distribuição do combustível e lubrificantes para os veículos e monopolizando a distribuição dos alimentos, fixando os preços de venda.

As principais figuras que participam da organização administrativa das usinas voltadas para a produção de cana são:

- 1) - Gerente de Campo
- 2) - Capitão de Campo ou fiscal, variando a nomenclatura conforme a usina
- 3) - Administrador
- 4) - Barraqueiro
- 5) - Apontador
- 6) - Cabo Geral
- 7) - Cabo da "Palha"
- 8) - Cargueiro
- 9) - Mestre do Curral
- 10) - Vigia

Uma usina tem dois gerentes, um da "moita", ou seja, o gerente da usina propriamente dito e o gerente de campo, responsável por todos os bens, concorrencias e pela produtividade. Excepcionalmente é um agrônomo, sendo na maioria dos casos homens experimentados na cultura canavieira, que são promovidos a esta posição que é a mais importante. São altamente remunerados e participam dos lucros da usina. No campo é o gerente a autoridade suprema e geralmente tem "carta branca" dada pela diretoria da usina da qual ele é considerado membro.

Abaixo do gerente vêm os capitães ou fiscais de campo, que geralmente são administradores que pelos "bons" serviços prestados são promovidos a estes cargos. Têm uma responsabilidade parcial em relação ao gerente, sendo de sua jurisdição administrativa geralmente de cinco engenhos, servindo de sustentáculo ao gerente de campo. Têm altos salários, boas casas, empregados domésticos, transporte ferroviário e rodoviário, animais para montaria, enfim são uma espécie de pequenos gerentes.

O apontador, apesar de ter autoridade inferior a do administrador, realiza além de suas atividades normais, uma função de espia para os capitães de campo sobre o trabalho dos administradores e do cabo geral. Pode suspender e multar os camponeses, tem direito a burros de montada e sua jurisdição é de três engenhos. Serve como auxiliar dos capitães e ganha salário menor do que o administrador. Esta profissão de apontador só existe nas grandes usinas e está em fase de desaparecimento.

No engenho a maior autoridade é o administrador. Tem bom salário, boa casa de moradia, empregados domésticos, os chamados "mistos" dispõe de vaca leiteira, de animais para montaria e alguns casos de "jipe". Possui vigia para manter a "ordem" e direito para andar armado. Admite, demite, suspende, multa e em muitos casos até castiga fisicamente os camponeses. Autoriza e proíbe festas dentro do engenho. Dá-se ao direito de conquistar as filhas e as mulheres dos camponeses e castigar com perseguição administrativa pais e maridos quando reclamam. Nos casos de briga e desavenças de qualquer espécie é o administrador que toma as providências, utilizando para isso o vigia. Influi na escolha dos delegados sindicais, nos preços e tamanhos das contas, proíbe greves, prende camponeses e os entrega à polícia, pratica a espionagem para a usina e para o serviço secreto do exército.

O barraqueiro é responsável pelo barracão, pela organização financeira no engenho e pelo pagamento dos camponeses.

Os usineiros não respeitam e não cumprem as leis. Não pagam férias, repouso remunerado, 13^o mês, aviso prévio. Não cumprem a tabela dos acordos salariais. Não pagam o salário mínimo regional. Não permitem o direito de greve, reuniões e em muitos casos não permitem delegados sindicais nos engenhos e quando aceitam é para corromper ou perseguir. Desrespeitam a "justiça do trabalho". Controlam o Delegado Regional do Trabalho e as delegacias de polícia. Dispõe de sua própria milícia armada os vigias, (só a Usina Estreliana tem trinta vigias). Intervem nos sindicatos através da D.R.T. (Delegacia Regional do Trabalho). Corrompem as diretorias sindicais e põem padres e "voluntários para a paz" a seu serviço. Instituíram o "vale do barracão", o "gafão", em substituição ao cruzeiro, aumentando a exploração sobre o campones. Soltam o gado sobre o roçado do campones,

ou mandam arrancá-lo.

Nas grandes usinas, os capitães de campo, fiscais e administradores têm telefone em casa para se comunicar diretamente com a gerencia, informando as ocorrências diárias. Mas, a verdadeira função desses telefones é informar as gerências e delegacias de polícia o descontentamento das massas camponesas e seus protestos.

CAPÍTULO II : O CARÁTER COLETIVO DA PRODUÇÃO

Os trabalhadores na zona canavieira de Pernambuco, apesar de exercerem tôdas as funções no trabalho do campo, são divididos em categorias profissionais como os operários nas cidades. Vejamos pois as várias categorias profissionais existentes no campo, na zona canavieira:

1)- Tirador de contas, Conteiro ou Eiteiro.

Os tiradores de contas são os limpadores de mato nos canaviais. Trabalham por contas ou diárias. As contas são medidas com uma braça de 2,20m de comprimento e se compreende por uma conta: dez braças quadradas (10x10), isto é, dez braças em quatro frentes. Estas contas são medidas por um cabo -antigo feitor- que leva os camponeses em turma a uma determinada área do canavial e lá passa a medir de acôrdo com o terreno e os interesses do usineiro. As contas variam de medida de 10x10. Podem aumentar e quase nunca diminuem. Os cabos permanecem no canavial até o fim da jornada, fiscalizando o serviço e aguardando a passagem do apontador, para assinar o ponto e constatar a presença do campones em serviço.

2)- Cortador de Cana.

Os cortadores de cana são os que na moagem ou no plantio, trabalham cortando cana. Esta tarefa é feita por feixe ou por pêso de cana cortada. Por feixe, compreende-se 10,15, ou 20 canas cortadas e amarradas. O cortador de cana recebe por produção ou por diária como outras categorias profissionais. Na produção recebe por centos de feixes cortados ou por toneladas de cana cortada. Como nas contas os cortadores de cana são levados em turma ao canavial por um cabo da "palha" e lá distribuídos em tôda a extensão do "partido" de cana. O cabo lá permanece para contar os feixes ou pesá-los. Em último caso para apontar a diária de acordo com o critério estabelecido pelo administrador. O cabo "de acordo", verifica a "ordem" da cana, isto é, o tamanho do pedaço de cana cortado, tendo como média 1,10m, e a amarração dos feixes. No corte da cana o trabalhador pode deixar o trabalho sem se preocupar com a passagem do apontador, isto porque na moagem há maior carencia de mão de obra, o que não se verifica no corte de cana para o plantio.

3)- Cambiteiro.

Os cambiteiros são os que trabalham com animais (burros e cavalos). Ganham por produção ou diária. Por produção é pelos feixes "tombados" (transportados) do "partido" de cana em um ou dois animais até o "ponto", onde a locomotiva ou os caminhões transportam até a usina, ou então por tonelada "tombada". Quem controla a produção no transporte é o cabo da "palha". No entanto, quem leva os cambiteiros em turma ao corte de cana, controla os animais, arreios e fiscaliza todo o trabalho é o cargueiro - antigo feitor - responsável pelos animais. Tem poderes para multar, suspender, controlar as cargas excessivas e horários de trabalho.

4) Carreiro.

O carreiro trabalha com a boiada no transporte de cana, arando a terra para o plantio, transportando madeira, etc. Como os cambiteiros, ganha por produção diária. Por produção é como ganha na moagem, por feixes transportados do corte até o "ponto" ou então por pêso, por tonelada. Geralmente o preço da cana transportada pelos carreiros é menor do que aquêle que resulta do transporte pelos cambiteiros, isto porque o carro de boi leva muito mais pêso do que dois burros juntos. A produção do carreiro é controlada pelo cabo da "palha" e o restante das atividades é pelo mestre do curral - antigo feitor. O carreiro é ainda responsável pela guarda e conserva dos arreios e pelo tratamento do gado, levando em cada fim de jornada o "ôlho" da cana para alimentá-lo.

5)- Roçador de Mato.

Os roçadores de mato são os que derrubam o mato para o plantio da cana. Trabalham por contas ou diária. Obedecem às mesmas exigências do conteiro. Pela dificuldade da presença do cabo realiza seu trabalho com certa "autonomia", o que não impede que esteja sujeito a todas as observações por parte do cabo. Todas as vezes que termina a conta, aguarda a passagem do apontador, que fiscaliza o serviço e aponta a diária pela conta.

6)- Coivador.

O coivador é o que junta o mato roçado pelo roçador de mato e o transforma em coivara. Após seco, atea-lhe fogo. Geralmente o coivador é menino, ou mulher ou então, velhos impossibilitados de executar outros trabalhos. Quando é menino ou mulher, ganha diária correspondente a salário de menor. Esta profissão é exercida só em época de plantio e está sujeita ao cabo geral. No entanto, quando o carreiro está presente o coivador a ele fica subordinado.

7)- Chamador ou Pastorador de boi.

O chamador coloca-se à frente de duas, três ou mais juntas de bois, com uma vara servindo de guia, para arar a terra ou transportar madeira. Recebe ordem direta do carreiro e trabalha por diária, sendo seu salário o de menor. O pastorador leva o gado a pastagem e fica de vigia durante o dia todo, evitando a penetração do gado no plantio. O pastorador é subordinado diretamente ao mestre do curral. Geralmente é um menor, ganha salário de menor, tem horário fixo de início de jornada, mas com o término sempre variável, dependendo do tempo necessário à pastagem do boi.

8)- Rabiscador, Semeador e Lambaio.

Essas funções só se praticam na época do plantio de cana, geralmente no inverno. O rabiscador é o homem que conduz o arado puxado pelos bois, segurando o arado pelos dois braços, equilibrando-o para rasgar a terra. Por sua vez o semeador acompanha-o (geralmente mulher ou menino) jogando os rebolos de cana nos sulcos abertos pelo arado. O lambaio fica à disposição do rabiscador para completar com a enxada, os sulcos que o arado não pode abrir por ter pedras ou tocos. Todos estão subordinados ao carreiro na parte de utilização do arado, cabendo ao administrador, orientá-los na questão do plantio. Todos trabalham por diária.

9)- Mestre do Curral, Cargueiro e Cabo Geral.

Geralmente ganham por semana e constituem a "elite" dirigente de um engenho e na qual se apoia o administrador — antigos feitores. Dispõe de salários razoáveis, melhor casa de morada e maior crédito no barracão. São os que determinam a hora de trabalho na ausência do administrador. Dos três, o mais incompatibilizado com a massa de camponeses é o cabo geral, por ter mais poderes e contrariar a tabela de trabalho, muitas vezes por conta própria. Geralmente anda armado e é lugar tenente do administrador. É comum o camponês transformar-se em mestre de curral ou cargueiro. No entanto, é mais difícil o camponês transformar-se em cabo geral. Este, ao contrário do mestre de curral e do cargueiro, é alfabetizado e prepara a folha de pagamento juntamente com o barraqueiro. O cargueiro é responsável direto por todos os burros, "burrama". Guarda e conserva os arreios. Controla a ração dos animais e trata da saúde e do mal trato dos animais por parte dos cambiteiros. O cargueiro é geralmente um camponês promovido a essa função. Quanto ao mestre de curral, desempenha as mesmas funções do cargueiro em relação aos bois. O cargueiro dirige os cambiteiros, estriveiros e capinheiros. O mestre do curral dirige os carreiros e pastadores de boi.

10)- Estriveiro, Capinheiro e Misto.

Ganham por semana ou diária. O capinheiro e estriveiro são subordinados ao cargueiro, por se tratar de funções ligadas à "burrama". O estriveiro entra no serviço às três da madrugada, juntando os burros no cercado para a ração matinal. É responsável pela limpeza da estrebaria e trata dos animais. O capinheiro somente corta capim no mato. Para isto dispõe de um burro e uma serra, não obedece horário de trabalho. O "misto" é o em

pregado doméstico da casa do administrador. Geralmente é um indivíduo sem prestígio entre os camponeses e é tido como "chaleira" e "cortajaca".

11)- Tratorista e Carpinteiro.

Geralmente são mensalistas subordinados diretamente ao administrador. Obedecem rigorosamente ao administrador e ao horário de trabalho. Estão sujeitos à suspensão e multa. O tratorista utiliza o trator no plantio de cana arando a terra e no transporte em época de moagem. O carpinteiro constrói e conserta as casas, carros de boi, conserto de pontes, etc. Ambos dispõem de casas razoáveis, tem conceito elevado dentro do engenho e geralmente são alfabetizados.

12)- Enchedor de Carro e Abridor de Brejo.

Duas profissões indispensáveis dentro de um engenho. O enchedor de carro em época de moagem e o abridor de brejo pelo inverno em época de limpa do mato. O enchedor de carro é o homem que fica no "ponto" recebendo a cana trazida pelos cambiteiros e carreiros, para encher os vagões conduzidos pelas locomotivas. Ganham pelo número de vagões cheios ou por diária. É "autônomo" em seu serviço e trabalha até a noite de acordo com "seus interesses". O abridor de brejo trabalha com a enxada abrindo brejos nos lugares encharcados para facilitar a passagem das águas. Trabalha por braça corrida. O valor da braça é um pouco mais do que nas contas. Como o enchedor de carro é também "autônomo" no seu trabalho. Quando se trata de um terreno com vários brejos dificultando a medição, o trabalho é feito por uma empreitada estimada entre o abridor de brejo e o cabo geral. As funções de abridor de brejo são feitas sempre pelos enchedores de carro, isto porque em época de inverno não há moagem. O enchedor de carro é subordinado diretamente ao administrador e o abridor de brejos ao cabo geral. Estão sujeitos à fiscalização e multas.

13)- Machadeiro.

O machadeiro corta lenha para as usinas e locomotivas. Uma profissão em decadência porque as usinas estão deixando de queimar lenha. Geralmente trabalham com os intermediários, fornecedores de lenha, também em fase de desaparecimento. A forma de trabalho é por produção, isto é, por carga, metro ou jarda. Por carga compreende-se uma carga de burro ou cavalo. Por metro, uma tulha de um metro cúbico. Por jarda, compreende-se uma tulha de 1,10 m³. Seu instrumento de trabalho é o machado. Geralmente é próprio.

14)- Vigia.

O vigia é a figura mais odiada de um engenho devido a sua atuação em relação aos camponeses. É mal visto por todas as famílias. Sua função específica é reprimir. É um verdadeiro cão-de-fila do administrador. Não tem hora de trabalho. Desempenha mais as funções durante a noite. Ganha por semana. Tem uma casa razoável, um capote, um rifle, um punhal e um "cipó-pau". Anda vestido de uma túnica de mescla e alpargata do sertão. Geralmente fuma cachimbo ou cigarro de palha. Costuma ser um bom atirador e se diz ter sido cangaceiro.

O mais importante entre os camponeses da zona canavieira de Pernambuco é que a produção, se processa de maneira coletiva (social) e com raras exceções é feita individualmente. Por exemplo, no plantio todo o trabalho é feito em conjunto desde o roçador de mato, rabiscador, carreiro ao tratorista, cada função depende da outra, como cada campones depende de seu companheiro de trabalho, obedece aos mesmos encarregados imediatos, carreiros ou tratoristas e estes ao administrador. Todos têm o mesmo horário de trabalho. Este mesmo fenômeno verifica-se na moagem, no corte da cana, onde o cambiteiro, o carreiro, o enchedor de carro e o cortador de cana se completam. Estas categorias, vivem em função uma da outra. Não poderá haver moagem sem o desempenho de uma dessas funções acima mencionadas. Por ser o plantio ou o corte de cana fora da sede do engenho vão todos em turma para os locais de trabalho. Quem determina o horário é o administrador através do vigia com uma sineta — um pedaço de trilho dependurado. Os auxiliares imediatos do administrador, o cabo geral, o mestre do curral e o cargueiro por sua vez ordena o início do trabalho. Mesmo quando o camponês trabalha na produção, limpando o mato, roçando ou cortando cana, está

sujeito à fiscalização direta dos encarregados, tanto para corrigir o serviço, como para verificar o comparecimento do camponês ao trabalho. No caso do trabalhador por produção terminar cedo sua tarefa, no dia seguinte a mesma será aumentada para completar as oito horas diárias. Diferente de outras regiões de Pernambuco e do Nordeste, na zona canavieira os instrumentos de trabalho não pertencem ao camponês. Isso caracteriza a grande massa de assalariados agrícolas de Pernambuco como verdadeiros proletários sem ilusão de classe e sem razão de pensar que um dia passará de camponês a fornecedor de cana ou usineiro. O sistema de produção da zona canavieira conduz cada vez mais, e inevitavelmente, a uma proletarização. Se em outras regiões parte do que o camponês produz é dele, na zona canavieira isto não se verifica. Primeiro que só se planta cana e essa mesma tem um só dono e um senhor absoluto: o usineiro. O camponês não tem nenhuma participação no que produz, salvo uma ou outra cana que chupa. Mesmo assim está expondo-se ao "cipó-pau" do vigia. O açúcar da cana que ele planta é comprado através dos barracões, mais caro que nas cidades e é dos piores, cristal de segunda misturado com "mel de furo" para aumentar o peso.

O processo de proletarização do camponês na zona canavieira ocorre em parte pelo sistema de moradia. Ainda são conservadas as antigas senzalas. Todos os engenhos, além da casa grande do administrador, têm um ou mais arruados de casas. Esses arruados são chamados "badernas" ou "barracas", sem sanitário e sem cozinha. Só tem dois travessões de madeira em cada canto para se arrumar e armar rédes. As razões históricas da falta da cozinha está no fato dos senhores de engenho darem comida pronta aos escravos, tendo senzalas só para dormida. Hoje as condições mudaram. O camponês tem mulher e filhos. Diferentemente do passado tem de preparar sua própria comida, e no entanto continuam a ser as senzalas da escravidão sua moradia. Geralmente esse tipo de habitação é para os cambiteiros, estriveiros, capinheiros, pessoas que trabalham com a "burrama" e a boiada, para ficarem próximas ao trabalho e melhor cumprir as ordens do administrador.

Os dois aspectos fundamentais que caracterizam a proletarização do camponês na zona canavieira, tornando-o a camada mais avançada e combativa do campo, são os sistemas de produção e a forma de perceber em salário. Estes dois aspectos os diferenciam e os colocam em nível superior aos camponeses de outras regiões onde a forma de produção é individual e privada. E apesar da miséria em que vivem são os donos dos instrumentos de trabalho, tais como: enxadas, foices, machados, ferramentas de construção de casas, burros, cavalos e até carros de boi. É claro que não são assalariados e sim pequenos proprietários, foreiros ou trabalhadores de "condição". No entanto, o assalariado em tais regiões é uma camada muito reduzida em relação às demais. Ao contrário, em cada engenho da zona canavieira, há um salão que serve de depósito para guardar as ferramentas de trabalho. Cada instrumento que dali sai é anotado pelo encarregado e entregue ao administrador. Quando acaba ou se quebra, para o camponês retirar outro é preciso devolver o pedaço quebrado. No caso de perda ou da nulificação o valor é descontado em seu salário.

(segue)

DEBATE, ORGÃO DE REUNIFICAÇÃO DOS MARXISTAS-LENINISTAS DO BRASIL

DEBATE, POR UMA TEORIA MARXISTA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

DEBATE, PELA LIBERDADE

DEBATE, PELO SOCIALISMO

ENVIE SUAS CRITICAS ENVIE SUAS CONTRIBUIÇÕES

DISCUTA DEBATE COM SEUS COMPANHEIROS DISCUTA DEBATE CONOSCO

A UNIÃO, O RESTABELECIMENTO DA INTEGRALIDADE DO PARTIDO É A QUESTÃO MAIS URGENTE, QUE EXIGE SOLUÇÃO IMEDIATA DA MANEIRA A MAIS IMPERIOSA. ESTA QUESTÃO É MUITO DIFÍCIL, JÁ QUE NOS CABE UNIR NÃO ALGUNS PUNHADOS DE INTELLECTUAIS DE ESPIRITO REVOLUCIONARIO, MAS TODOS OS DIRIGENTES DO MOVIMENTO OPERARIO QUE EDUCOU PARA UMA VIDA INDEPENDENTE E PARA A LUTA UMA VASTA CLASSE DA POPULAÇÃO. AQUILO DE QUE PRECISAMOS É A UNIÃO SOBRE A BASE DE UMA ESTRITA UNIDADE DE PRINCIPIO, A QUAL DEVEM CHEGAR CONSCIENTEMENTE E FIRMEMENTE A TOTALIDADE OU A IMENSA MAIORIA DOS COMITES, DAS ORGANIZACOES E DOS GRUPOS DE INTELLECTUAIS E DE OPERARIOS QUE ATUAM EM CONDIÇÕES DIVERSAS E NUM CONTEXTO DISTINTO, E QUE AS VEZES CHEGARAM ATE' AS CONCEPCOES SOCIAL-DEMOCRATAS POR CAMINHOS BEM DIFERENTES. NÃO SOMENTE É IMPOSSIVEL REALIZAR POR DECRETO ESTA UNIÃO, MAS É IGUALMENTE IMPOSSIVEL CRIA-LA DE UMA SO VEZ, APENAS PELAS RESOLUCOES DE DELEGADOS REUNIDOS. É NECESSARIO PREPARA-LA SISTEMATICAMENTE, E CONSTRUI-LA POUCO A POUCO.

LENIN, COMUNICADO SOBRE A
FORMAÇÃO DO "COMITE DE ORGANIZAÇÃO"